



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS NA CONSTITUIÇÃO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA**

Rubênia Pereira Magalhães

ITAPETINGA-BAHIA
FEVEREIRO – 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Apropriações Conceituais na Constituição do Programa de Educação
Ambiental do Estado da Bahia**

Autora: Rubênia Pereira Magalhães
Orientador: Luiz Artur Dos Santos Cestari

"Dissertação apresentada, como parte das exigências para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento"

Itapetinga-Bahia
Fevereiro – 2015

372.357 Magalhães, Rubênia Pereira.

M168a Apropriações Conceituais na Constituição do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia. / Rubênia Pereira Magalhães. - Itapetinga: UESB, 2015. 95f.

Dissertação apresentada, como parte das exigências para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sob a orientação do Prof. D.Sc. Luiz Artur Dos Santos Cestari.

1.Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia. 2. Educação ambiental – Comunicação - Transversalização. 3. Educação ambiental - Território de Identidade. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. II. Cestari, Luiz Artur Dos Santos. III. Título.

CDD (21): **372.357**

Catálogo na fonte:

Adalice Gustavo da Silva – CRB/5-535
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para Desdobramento por Assunto:

1. Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
2. Educação ambiental – Comunicação - Transversalização
3. Educação ambiental - Território de Identidade

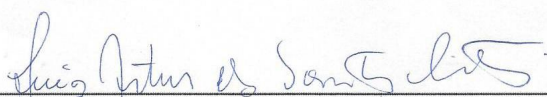
RUBÊNIA PEREIRA MAGALHÃES

**APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS NA CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Itapetinga, BA. Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Aprovada em: 27/02/2015

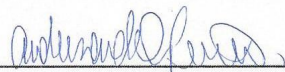
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari (Orientador/UESB)



Profª. Drª. Marília Flores Seixas de Oliveira (UESC)



Prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira (UESB)

A formação identificada nos modos pelos quais cada qual conta e escreve sua história é o movimento próprio da relação deste sujeito com seu saber e sua identidade.

Luiz Artur dos Santos Cestari

Dedico a

Toda minha família, principalmente, a Antônio e nossos filhos, Pedro e Rafael, que enchem a nossa vida de esperança e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, a Deus o provedor de todas as coisas.

À minha família, meu suporte eterno.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pela contribuição em minha formação acadêmica: Graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

Ao Centro de Aperfeiçoamento Profissional Ensino Superior (Capes) pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos Representantes dos Territórios de Identidade, Edson Vieira (Itapetinga), Rosa Maria (Seabra), Maria Angélica (Itabuna), Beré (Barreiras), Neto grupo Ativista Papa Mel (Ipiaú), Leila (Caetité), entre outros, pela atenção e relevante contribuição para execução desse trabalho.

A meu orientador, Professor Luiz Artur dos Santos Cestari, pelas orientações, que foram essenciais para a execução desse trabalho e pelas contribuições em minha formação acadêmica e pessoal.

À coordenação do Programa, Simone, à secretária Marta, aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, principalmente, Luciano Brito, Sandra, Paulo Sávio.

Aos componentes da banca de qualificação, Prof. Anderson de Carvalho Pereira, Prof.^a Marília Flores Seixas de Oliveira e Prof. Luiz Artur dos Santos Cestari, pelas relevantes contribuições a esta pesquisa.

Aos professores convidados que compõe a banca examinadora pela disponibilidade de fazer-se presente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 OBJETIVOS.....	5
1.1 Objetivo Geral.....	5
1.2 Objetivos Específicos.....	5
2 Metodologia	6
3 Estrutura.....	13
CAPÍTULO I - PROJETO SOCIOCULTURAL DA MODERNIDADE COMO POSITIVIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER E EMERGÊNCIA DOS DISCURSOS AMBIENTAIS	14
1. Instabilidade do Estado e o Contexto Atual.....	14
1.1 Os Modelos de Estado a partir dos Metarrelatos Modernos.....	20
1.2 A Reconfiguração Social como Consequência do Avanço do Capitalismo	24
1.3 Conceitualizando o Termo Território de Identidade.....	26
1.4 “Territórios de Identidade”: Resultado de uma Política Pública de Descentralização de Poder 29	
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: RESULTADO DE EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL.....	34
2 A Constituição da Educação Ambiental no Brasil	34
2.1 A Contribuição dos Movimentos sociais para a História Ambiental no Brasil	36
2.2 O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA)	41
2.3 Comunicação	43
2.4 Transversalização.....	44
2.5 Avaliação.....	46
CAPÍTULO III- PEA-BA: UMA MATERIALIDADE DISCURSIVA DO DISCURSO OFICIAL DA DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER	49
3. O PEA-BA como Anúncio de um Discurso Oficial da Descentralização de Poder	49
3.1 A Formação do Conceito “Educação Ambiental” no PEA-BA.....	53
3.2 O que Significa o PEA-BA no Debate dos Discursos Ambientais no Campo Educacional 58	

3.3 O Discurso dos Representantes Territoriais: um Campo de Multiplicidades de Confluências.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura de ilustração 1- Quadro de áreas temáticas e estratégicas da educação ambiental.....	07
Figura de ilustração 2 - Quadro dos Territórios de Identidade.....	09
Figura de ilustração 3 - Base do projeto sociocultural da modernidade.....	15

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.
CIEA-BA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.
CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
DIREC- Diretoria Regional de Educação.
EA – Educação Ambiental.
FBCN- Fundação Brasileira de Conservação da Natureza.
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB - Lei de Diretrizes e Bases.
MEC - Ministério da Educação.
ONU- Organização das Nações Unidas.
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.
PEA-BA - Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
ProNEA- Programa Nacional de Educação Ambiental.
PV - Partido Verde.
SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental.
TI – Território de Identidade.
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a constituição do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) e o modo como os sujeitos envolvidos se apropriaram dos conceitos comunicação, transversalização, avaliação nos seus 27 Territórios de identidade. O PEA-BA tem um valor político assentado numa democracia participativa que está sendo disseminada na proposta do Programa por meio dos conceitos, dos enunciados e dos eixos estruturante. É por meio desse valor que o conceito de educação ambiental é difundido, ou seja, o que é dito sobre educação ambiental nesse Programa passa necessariamente pelo discurso em defesa da descentralização de poder ou horizontalização das relações de poder entre Estado/sociedade civil. O PEA-BA se diferencia dos demais Programas por ter sido construído coletivamente entre o Estado e a sociedade civil, além do mais está respaldado numa proposta de educação ambiental numa perspectiva emancipadora, para que os envolvidos possam atuar no meio onde estão inseridos de maneira consciente sendo corresponsáveis no processo de gestão e cuidado de seu território de identidade. Assim, surgiu o interesse em conhecer como aconteceu a efetivação da participação dos envolvidos para a construção do Programa, que serve de parâmetros para o desenvolvimento da educação ambiental no Estado da Bahia. Usamos como forma de coleta de dados a entrevista semiestruturada, fundamentada, principalmente, nas obras de Michel Foucault. Com objetivo de desenvolver um trabalho seguro, realizamos uma análise do PEA-BA e outra das entrevistas dos representantes dos territórios de identidade. As entrevistas mostraram que os conceitos que são a base do Programa ainda não foram apropriados pelos envolvidos. E a proposta de horizontalização das relações de poder não se traduziu em ações concretas que possibilite ao cidadão envolvimento nos processos de tomada de decisão de seu espaço.

Palavras-chave: Educação ambiental. Comunicação. Transversalização. Território de Identidade.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the constitution of The Environmental Program of Education at Bahia State (PEA-BA) and how individuals that make part of the Program have appropriated the concepts of communication, transversalization and evaluation and their meanings at 27 territories of identity. The PEA-BA has a political value seated on a participatory democracy whose character are spreading by words, concepts and statements that are described on the official document as their structural axes, as well as that value was the base to elaborate a concept of Environmental Education, that is, in terms of that Program, talk about education means support a discourse in favor to decentralization of power and or the horizontalization of power relations between State and civil society. The PEA-BA presents as different of all other programs when it set itself as innovator whose construction embraced many members of government (individuals that make part of government jobs) and civil society (individuals representatives of territory of identity), as well as it supports a emancipatory conception of Environmental Education, advocating in favor to the awareness and liability of those individuals to take care of environment at their territory of identity. Thus, the research came from the interest to know the effective participation of the individuals that made part of the process to establish the references described on the program that are the grounds of Environmental Education in Bahia State. In order to get discursive data from individuals, I carried out a semi structural interview with individuals representatives of territory of identity, and too those was analyzed on Michel Foucault's perspective. The results of research show the concepts of the program were not appropriated by individuals at the same way in which it was found at official document. Therefore, the purpose of horizontalization of power was not effective in actions to foster the participation of individuals in important decisions about environment at their territory of identity.

Key-words: Environmental education. Communication. Transversalization. Territory of Identity.

INTRODUÇÃO

A discussão em torno da Educação Ambiental ganha visibilidade em todas as esferas da sociedade e o espaço concedido a esse discurso cresce, graças à necessidade de valorizar a relação indissociável homem-natureza. Formar sujeitos que tenham compromisso com o meio ainda é tarefa difícil nesse contexto, por se tratar de um tema que precisa de mais espaço e envolvimento de todas as pessoas, no entanto, vale ressaltar que essa discussão ganhou representatividade com os movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1980.

Podemos afirmar que o nosso interesse na temática é resultado do desejo de contribuir de maneira consciente para a formação dos sujeitos, isso porque, durante a graduação tivemos oportunidade de debater a respeito da temática, embora o interesse tenha surgido com maior intensidade a partir dos estágios. Nestes momentos, a necessidade de profissionais para discutir a formação ambiental tornou-se evidente, porque percebemos que as escolas não tinham espaço para trabalhar e discutir a Educação Ambiental, apesar de ser um dos temas transversais. Isso ficou explícito tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores, da direção e dos funcionários.

A consciência ambiental para eles se restringia apenas ao ato de jogar lixo no lixo, restrito ao espaço da escola. Dessa forma, surgiu o interesse em trabalhar com essa temática, em conhecer o significado da formação ambiental e quais as bases que fomentam esta formação no Estado da Bahia. A primeira decisão quanto a isso está relacionada ao reconhecer que na Bahia, de novembro de 2008 a abril de 2009, foi apresentada a Minuta de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental pela qual os 26 Territórios de Identidade se expressaram ativamente e que, posteriormente, serviu de base para a construção do Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA).

Esse Programa foi uma construção conjunta entre cidadãos e a Comissão Interinstitucional que articularam os encontros. Para elaborar o Programa, os envolvidos participaram ativamente, isso porque o Estado da Bahia tinha naquele momento 26¹ Territórios de Identidade e cada território teve sua representação para contribuir na construção do Programa.

¹Inicialmente, eram 26 Territórios de Identidade, mas em 2013, um dos territórios se dividiu e, atualmente são 27 Territórios de Identidade.

Portanto, nosso interesse na temática Educação Ambiental, e especificamente nesta linha, que discute os Fundamentos da Educação, é conhecer como se deu a participação dos envolvidos na elaboração do Programa, como os conceitos foram apropriados pelos sujeitos para esta construção e que significado esses conceitos têm para eles.

Optamos por desenvolver um trabalho a partir de análises do documento oficial e de entrevistas dos membros representantes dos Territórios de Identidade, tomando como base suas formulações ao tentar expressar a coerência da proposta de educação ambiental com a diversidade social, econômica, geográfica, cultural do Estado da Bahia. De modo mais específico, buscamos compreender as condições que permitiram a emergência de um discurso em defesa da educação ambiental e as formações discursivas do Projeto de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA).

Assim como afirmamos anteriormente, a sociedade civil, com os representantes do governo do Estado da Bahia, criou o PEA-BA no período entre novembro de 2008 a abril de 2009. Esse Programa foi pensado e articulado conforme os desejos e anseios da sociedade, pois para a sua elaboração contou-se com mais de 5.000 pessoas em diversos encontros. Nessas reuniões, os participantes puderam conhecer e contribuir para processo de sua construção.

É inquestionável a grandiosidade desse Programa, pois foi pensado e elaborado levando em conta todos os aspectos que o Estado apresenta: a sua diversidade cultural, social, econômica e geográfica. Para atender a essa demanda, inicialmente, o Programa foi organizado dentro dos seus 26 territórios de identidade, tendo como eixo estruturante a comunicação, a transversalização e a avaliação como meio de acompanhar o seu desenvolvimento e de aprimorá-lo.

O PEA-BA deixa explícito, dentro de seus objetivos, uma metodologia de trabalho não linear, por meio da qual articula e promove a troca de saberes entre os sujeitos e as ações que dizem respeito ao modo como as mudanças dentro da comunidade são discutidas e construídas. Dessa forma, o Programa considera que cada sujeito se sente valorizado por ser parte integrante do processo.

O Programa está respaldado numa proposta de trabalho para uma *Educação Emancipadora*, que tem como meta promover e desenvolver suas atividades, despertando no indivíduo a consciência ambiental para que ele consiga atuar no meio em que está inserido de maneira consciente.

Diante disso, o que nos interessa nessa proposta é estudar as condições que permitiram a emergência de um discurso pelo qual a educação ambiental aparece associada a uma

compreensão política da sociedade, tendo por objetivo, nos termos do Programa, o incentivo de uma democracia mais participativa, que pode ser observado na expressão das concepções expostas no texto, tais como comunicação, avaliação e transversalização nos Territórios de Identidade.

Esse trabalho toma como referência uma análise realizada por Amorin e Cestari (2013) para mostrar que os discursos ambientalistas, no campo educacional, são realizados pelos arranjos discursivos, os quais tentam aproximar uma meta formativa seja ela política, econômica, social, cultural, etc., de uma argumentação em defesa do meio ambiente. Como exemplo, segundo estes autores, um dos conceitos de sustentabilidade é a compreensão em defesa de um discurso econômico que tenta compatibilizar o desenvolvimento da produção com a preservação da natureza, e do mesmo modo acontece isso com outras concepções disseminadas no campo educacional e na literatura pedagógica, como a ecoformação, a ecopedagogia, a alfabetização ecológica, a educação para sustentabilidade etc., ou seja, cada uma dessas concepções toma como base a forma como são apropriados os discursos e como eles são arranjados, assim como as condições que lhe permitiram falar sobre metodologias diferenciadas disseminadas nos modelos de educação para o meio ambiente.

Nesse trabalho, tentaremos estudar a apropriação dos discursos da educação ambiental no PEA-BA, analisando como os conceitos são tomados no seio desse discurso. Assim como fez Carvalho (1989) num trabalho clássico sobre análise dos discursos ecológicos, buscamos mostrar qual a interpretação desse documento oficial (PEA-BA) faz sobre o debate ecológico atual e como o Estado se esforça, baseando-se nesse documento, para instituir uma verdade deste acontecimento, ou seja, é por meio dos conceitos que são a base do PEA-BA que se constitui uma proposta de educação ambiental pautada na democracia participativa, tomando como referências as experiências dos diversos territórios que o compõe. Por isso, em um primeiro momento de nosso trabalho, será explicado o contexto de emergência dos discursos ambientalistas presente no campo discursivo desse documento para mostrar que as condições que permitiram essa formação discursiva se deram a partir da correlação entre a crise da modernidade e o surgimento do *Estado Providência*.

Em um segundo momento, nos atemos a uma análise sobre os valores presentes no discurso ambientalista que é afirmado no PEA-BA. Segundo a base conceitual do Programa, visualizamos uma proposta em defesa da formação/conscientização dos sujeitos envolvidos por meio de uma metodologia interdisciplinar, que não busca uma junção dos saberes e sim a sua ligação, além do mais, possibilita um espaço para interação-reflexão. Nesse sentido, o valor da democracia participativa de busca de uma relação de poder mais horizontalizada

entre Estado e Sociedade é o discurso que permeia os contornos desse projeto e que é a base para definir a constituição de uma proposta educacional, ou seja, ao falar sobre “educação ambiental” percebemos a conjunção de conceitos em torno desse valor político, que são expressos ao longo do documento, como comunicação, avaliação, transversalização, Territórios de Identidade. Assim, é por meio dessas concepções que o discurso ambientalista em favor de educação se expressa no documento oficial do PEA-BA.

Por fim, pretendemos estudar as variações na interpretação que os sujeitos fazem desse discurso nas práticas discursivas. Parafraseando Carvalho (1989), interpretar segundo argumentos apresentados por Michel Foucault se contrapõe à concepção metafísica de acordo com a qual se pretende revelar uma essência ou uma verdade oculta. Ao contrário disso, ela argumenta que interpretar é produzir o discurso e a produção discursiva não é neutra e ausente de confluências de poder, uma vez que o poder é intrínseco à linguagem e a produção de sentido é um exercício de uma vontade de poder. A discussão sobre a interpretação, portanto, nos põe diante da relação insolúvel entre saber e poder, de modo que toda prática discursiva é o lugar de produção de um saber e nossa intenção com as entrevistas com os sujeitos representantes dos territórios de identidade é tentar interpretar (no sentido de produzir discursos) mostrar que o Programa está levando a cabo o valor que defende como proposta de educação ambiental, a saber, de constituição de uma meta política cuja orientação horizontal das relações de poder seja mais efetiva que as de concentração de poder.

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

- Compreender o discurso ambientalista disseminado no documento oficial do PEA-BA e as formas de apropriação dos conceitos de comunicação / transversalização e avaliação, pelos sujeitos envolvidos na construção da proposta de Educação Ambiental no Estado da Bahia.

1.2 Objetivos Específicos

- Compreender o contexto de emergência dos discursos ambientalistas presentes no campo discursivo desse documento para mostrar que as condições que permitiram essa formação discursiva se deram a partir da correlação entre a crise da modernidade e o surgimento do *Estado Providência*.
- Identificar os valores presentes no discurso ambientalista que é afirmado no PEA-BA, percebendo a conjunção de conceitos em torno deles que são expressos ao longo do documento, como comunicação, avaliação, transversalização, territórios de identidade.
- Estudar as variações na interpretação que os sujeitos fazem do discurso ambientalista nas práticas discursivas e mostrar que a constituição de uma meta política de orientação horizontal das relações de poder é mais efetiva que as de concentração de poder.

2 Metodologia

Essa pesquisa foi realizada tomando como base duas formas de coleta de dados: a análise documental e a entrevista semiestruturada. Para a análise documental, baseamo-nos no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia como portador de um discurso institucional oriundo das políticas governamentais e que regulam de certo modo as práticas discursivas dos sujeitos envolvidos na constituição da proposta. Neste encontramos o modo permitido de se falar sobre o meio ambiente e com base nele podemos avaliar como o conceito de educação ambiental está envolvido com outras formas de expressão do discurso predominante, como comunicação, avaliação, transversalização, nos 27 Territórios de identidade, assim como o valor político que está assentado numa democracia participativa que o Programa escolheu para dizer o que é educação ambiental.

Dessa forma, nos moldes do Programa a discussão sobre educação ambiental passa necessariamente pela horizontalização das relações de poder que contorna toda a proposta do Programa através dos seus eixos estruturantes, nos quais os envolvidos são corresponsáveis pelo processo de tomada de decisão da educação ambiental de seu espaço.

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) com sua versão preliminar foi materializado em 2010, articulado numa reconfiguração territorial em Território de Identidade, no Estado da Bahia. Esse Programa é resultado de uma construção conjunta entre sociedade civil e representantes do poder público. Para sua construção, contou com mais de 5.000 pessoas em diversos encontros.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA-BA, instituída através do Decreto 9.083 de 28/04/2004, publicada no Diário Oficial aos 29/04/2004 elaborou em 2007 a Minuta do Projeto Lei da Política de Educação do Estado da Bahia – Minuta do PL-BA, contendo conceitos, princípios, diretrizes, objetivos, prioridades e linhas de ação para a implementação da Política de Educação Ambiental da Bahia. (CIEA-BA, 2009, p.9)

As consultas públicas da Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental puderam divulgar e propor uma discussão sobre a contextualização da Educação Ambiental nos Territórios de Identidade e também mostrar as dificuldades e potencialidades apresentadas pelos participantes, para, *a posteriori*, construir os Planos de Educação Ambiental do Estado da Bahia. (CIEA-BA, 2009)

Os objetivos e as estratégias da consulta pública visavam à divulgação, à mobilização e ao comprometimento dos envolvidos em prol da construção do Programa de Educação Ambiental que tivesse coerência para execução de acordo com as especificidades de cada localidade.

Neste contexto, nosso objeto de análise será o PEA-BA, um projeto inovador no que se refere à participação da sociedade civil. Nesse documento, podemos ver que há afirmações sobre a participação ativa dos cidadãos na referida construção.

O PEA-BA é um Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia que se apresenta com uma característica peculiar, pois foi constituído com a participação da sociedade civil e está assentado sob a lógica da democracia participativa. As propostas, ações e orientações do PEA-BA estão de acordo com a Política de Educação Ambiental da Bahia, assim como os princípios e diretrizes, cuja ênfase está nos conceitos básicos do Programa: comunicação, transversalização e avaliação nos 27 territórios de identidade.

Esses conceitos são trabalhados de forma articulada, por meio de princípios e diretrizes em oito áreas temáticas e estratégicas da educação ambiental, a saber:

Educação Ambiental no Ensino formal
Educação Ambiental no Ensino não formal
Educação Ambiental na Gestão das Águas
Educação Ambiental no Saneamento Ambiental
Educação Ambiental na Gestão das Unidades de Conservação
Educação Ambiental na Gestão Municipal
Educação Ambiental para o Licenciamento
Educomunicação Socioambiental

Fonte: PEA-BA, 2013

E assim, o Programa busca atuar nessas áreas temáticas por meio de seus eixos estruturantes:

Comunicação - O PEA-BA compreende que o ato de comunicar é essencial para mobilizar e articular a sociedade nas questões ambientais que devem ser executadas por processos contínuos, aberto e dialógico, ultrapassando a noção básica de comunicação como sinônimo de troca de informações referente à educação ambiental. A ênfase dada à comunicação no Programa visa ao fomento da interatividade e à igualdade de condições e funções.

Transversalização - O PEA-BA, dentro de sua abrangência, busca trabalhar a transversalização como um dos eixos com o objetivo de promover uma educação ambiental

pautada numa coerência dos desejos e anseios entre todos os envolvidos na constituição do Programa.

A educação que se pretende consolidar no PEA-BA busca inserir todos os cidadãos numa tomada de consciência com relação ao meio ambiente e à sua responsabilidade como sujeito pertencente à natureza e a um grupo social, em que todos têm direito a participar da gestão dos assuntos referentes à educação ambiental do seu espaço.

Avaliação - Um dos eixos estruturantes do PEA-BA tem como objetivo o acompanhamento do Programa para a intervenção sobre a prática dos sujeitos, com isso, busca despertar nos sujeitos um olhar reflexivo sobre sua ação. Essa concepção de avaliação como diagnóstico para a construção de uma aprendizagem significativa de políticas e programas na gestão pública tem um caráter inovador tanto para a população quanto para os gestores.

Sendo assim, como a proposta que fundamenta o documento tem uma perspectiva de educação ambiental participativa, emancipatória com relação a gestão democrática do seu espaço, então, nos propomos a conhecer qual é o nível de envolvimento dos sujeitos e se é realmente efetiva a sua participação na construção do referido Programa, pois não compreendemos como um Programa que se apresenta com uma proposta de descentralização e envolvimento da sociedade civil consegue considerar todas as singularidades do Estado. Dessa forma, acreditamos estar nas entrevistas o que não aparece no corpo do documento oficial.

Por meio das análises das entrevistas dos representantes territoriais, podemos compreender quais são os significados dos conceitos que são a base do Programa para os envolvidos, isso porque é por meio dessa atribuição de significados que se constituiu uma proposta de educação ambiental no referido Programa. Usamos como forma de coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois, dessa forma, proporcionamos espaço para o sujeito falar livremente de suas inquietações, criando uma aproximação entre os envolvidos e o trabalho.

O segundo momento da realização da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, com a finalidade de realizar um trabalho seguro. Entrevistamos um integrante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, pois foram os últimos a concluir a proposta do PEA-BA. Realizamos uma visita a cada Território de Identidade escolhido para entrevistar o representante. Dessa forma, acreditamos que com as visitas e as entrevistas tivemos informações mais consolidadas para realizar a interpretação.

A princípio, nossa proposta tinha como objetivo entrevistar um representante de cada um dos 27 territórios, no entanto, após as sugestões durante a exposição do trabalho para a banca de qualificação, achamos melhor restringirmos o número de entrevistas para 01 representante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA-BA) do município de Itapetinga e 10 representantes territoriais. Entre os 10 territórios de identidade e os municípios que sediaram os Seminários de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental, estão: Médio Sudoeste Baiano (Itapetinga), Litoral Sul (Itabuna), Médio Rio das Contas (Ipiaú), Chapada Diamantina (Seabra), Vitória da Conquista (Vitória da Conquista), Sertão Produtivo (Caetitê), Velho Chico (Bom Jesus da Lapa), Bacia do Rio Corrente (Santa Maria), Oeste Baiano (Barreiras), Bacia do Paramirim (Macaúbas); a escolha por estes se deram pelo fato de que são territórios que apresentam uma particularidade que despertou interesse.

Os Territórios do Litoral Sul, Velho Chico apresentam todos os atores sociais: índio, quilombola, ribeirinho e o contraste de pobreza extrema com uma bela paisagem natural, esses elementos o constituem como Território Cidadania². Os territórios do Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Paramirim são territórios que fazem parte do Comitê de Bacia, em que as discussões sobre educação ambiental são mais consolidadas.

Já os territórios do Médio Sudoeste Baiano, Chapada Diamantina, Vitória da Conquista, Sertão Produtivo, têm algumas particularidades que também merecem destaque e que são apontadas nas entrevistas dos sujeitos que representaram os referidos espaços.

A seguir, temos o quadro com os Territórios de identidade e os municípios que sediaram os Seminários de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental.

Nº	Território	Município onde aconteceu o Seminário de Consulta Pública do Projeto de Lei de Educação Ambiental
01	Irecê	Irecê
02	Velho Chico	Bom Jesus da Lapa
03	Chapada Diamantina	Seabra
04	Sisal	Valente
05	Litoral Sul	Itabuna
06	Baixo Sul	Valente

²São territórios que tem uma característica importante, tem todos os atores né, tem índio, tem quilombola, tem ribeirinho, tem empresário, tem agricultor familiar, tem agricultor tradicional, então, são territórios que tem uma composição muito bacana, então essa coesão e essa junção da diversidade de atores, ela faz com que essa política, ela seja qualificadas, então, assim eu não te diria um território. Os territórios de cidadania na Bahia, enquanto território de identidade, eles são territórios de destaque. (Representante do Território de Identidade 05, Entrevista, 2014)

07	Extremo Sul	Eunápolis
08	Médio Sudoeste	Itapetinga
09	Vale do Jiquiriçá	Jiquiriçá
10	Sertão do São Francisco	Juazeiro
11	Oeste Baiano	Barreiras
12	Bacia do Paramirim	Paramirim
13	Sertão Produtivo	Caetité
14	Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba
15	Bacia do Jacuípe	Riachão do Jacuípe
16	Piemonte da Diamantina	Jacobina
17	Semiárido Nordeste II	Euclides da Cunha
18	Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	Alagoinhas
19	Portal do Sertão	Feira de Santana
20	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
21	Recôncavo	Cruz das Almas
22	Médio Rio das Contas	Ipiaú
23	Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória
24	Itaparica (BA/PE)	Paulo Afonso
25	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim
26	Metropolitana de Salvador	Camaçari

Fonte: PEA-BA, 2013

Na sequência, realizamos uma análise do PEA-BA, a partir dos conceitos discutidos no Programa confrontamos com o resultado das entrevistas, para saber como os sujeitos compreendem os conceitos que são discutidos no PEA-BA e que significado esses conceitos tem para os envolvidos, uma vez que, no Programa, diz-se que eles participaram ativamente do processo de construção.

Optamos pela análise do discurso e foi por meio desse método que avaliamos se o documento de fato conta com a participação efetiva dos envolvidos e até que ponto essa participação se traduziu em envolvimento, o que expressa uma maior descentralização do poder na relação do Estado com a sociedade.

Usamos como base para subsidiar nossas discussões as teorias das obras de Michel Foucault, mostrando como que podem surgir objetos de discursos, como emerge um em detrimento a muitos outros, ou seja, o discurso sobre a Educação Ambiental, que é produzido no PEA-BA. Analisar determinado discurso/documento sem emitir juízo de valor antes de compreender o contexto, não é fácil. Ao buscar esse entendimento, nos deparamos com questões que até então pareciam ocultas aos nossos olhos.

Dessa forma, a nossa intenção nesse trabalho é saber quais foram as condições que permitiram a formação discursiva que emergiu as discussões sobre a Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental no Estado da Bahia, uma vez que foram observadas algumas questões

que nos despertaram atenção. Como os discursos são controlados e ninguém pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar, devemos então levar em consideração que o local onde aconteceu os Seminários das Consultas Públicas, foi permitido que fosse dito o que foi dito. (FOUCAULT, 2006)

A segunda questão se refere às condições que possibilitam a emergência de um discurso em determinado lugar em detrimento a muitos outros que também poderiam ter sido emergido. Antes de qualquer coisa, precisamos nos atentar para a real intenção do autor, que é analisar, simplesmente, as coisas ditas, deixando de lado as interpretações unívocas e as representações, isso fica evidente quando Foucault afirma que: “gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência”. (2007, p.54/55)

Para o autor, o discurso não é apenas a representação das coisas ou das práticas, é muito mais que isso. É um conjunto de práticas que possibilitam que se forme o objeto de que se falam. Dessa forma, ao propor analisar um discurso, é preciso dar conta de suas relações históricas e das práticas sociais presentes nele. E para esse discurso ganhar visibilidade, é preciso passar pela seleção, ou seja, o jogo de poder que controla a disseminação dos discursos, essa afirmação podemos ver através dos:

[...] procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. (FOUCAULT, 2006, p.36/37)

Assim, tomamos como exemplo para análise o discurso que foi proferido pela CIEA-BA durante os Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental. Esse discurso tem em sua expressão uma série de práticas sociais que possibilitaram as condições para manifestar-se, ou seja, o Brasil, naquele contexto, tinha como presidente um representante do Partido dos Trabalhadores³, com envolvimento em movimentos sociais e com discurso de defesa pela Reforma a favor da desregulamentação e maior participação dos civis nas esferas políticas.

Dessa forma, de acordo com a teoria de Foucault, podemos compreender que o discurso emerge a partir de suas positivities, os representantes dos Territórios de Identidade apenas externalizaram o discurso, como um objeto que foi construído a partir das práticas sociais e

³Ex. Presidente Luís Inácio Lula da Silva. (2003- 2010)

das relações históricas de um povo, ou seja, foram dadas as condições para a emergência e existência daquele discurso, pois “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”. (FOUCAULT, 2007, p.108)

Na citação abaixo, vemos que o discurso não pode ser uma tradução, pois:

Foucault, multiplica o sujeito. A pergunta “quem fala?” desdobra-se em muitas outras: qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual o seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” – suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. É assim que se destrói a ideia do discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste a própria palavra. (FISCHER, 2001, p.208)

Como podemos perceber, o discurso não pode ser concebido como uma mera tradução de uma prática específica, pois o sujeito fala de diversos lugares, e em cada lugar há interações entre os discursos, nos quais podemos nos identificar e posteriormente repeti-los. Por isso, para Foucault, há multiplicidade de discursos, mas o que vai permitir, que um entre vários discursos emergjam, são as suas positivities, as condições que permitiram a sua existência, sendo o sujeito apenas o enunciador.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 2007, p. 61)

Assim, diante do que foi abordado, a CIEA-BA foi apenas portadora de um discurso que estava constituído dentro do Estado da Bahia e, que em 2013, se materializou no PEA-BA.

3 Estrutura

No primeiro capítulo realizamos um breve estudo sobre o contexto que se inicia com a crise da modernidade, na qual os sujeitos buscam uma forma de reivindicar direitos pós-materialistas e não se veem representados pelo Estado, porque o mesmo demonstra ineficácia diante do avanço do capitalismo. A partir dessa perspectiva, entendemos que o Estado, com intuito de se fazer presente, “*O Estado Providência*”, propõe a descentralização do poder, por meio da divisão territorial em “Território de Identidade” para buscar uma nova configuração nas formas de organização social, sendo os sujeitos participantes ativos na gestão democrática de seu espaço, e mostrar quais as condições que possibilitaram a emergência do discurso sobre educação ambiental a partir dos conceitos discutidos no documento oficial PEA-BA, que apontam para uma relação mais horizontalizada entre Estado e Sociedade civil.

No segundo momento analisamos a composição dos valores presentes no discurso ambientalista que são afirmados no discurso oficial do PEA-BA, mostrando a conjunção de conceitos em torno do valor de uma política democrática que está expresso ao longo do documento a partir de seus eixos estruturantes: a comunicação, a avaliação, a transversalização, nos 27 territórios de identidade. Também apontamos como a educação ambiental se perfila e se constitui por meio desses eixos no Programa.

No terceiro momento mostramos as variações nas interpretações que os sujeitos fazem do discurso ambientalista nas práticas discursivas e expomos como está sendo difundida e apropriada a proposta do Programa em se constituir como uma meta política de orientação horizontal das relações de poder.

CAPÍTULO I - PROJETO SOCIOCULTURAL DA MODERNIDADE COMO POSITIVIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER E EMERGÊNCIA DOS DISCURSOS AMBIENTAIS

1. Instabilidade do Estado e o Contexto Atual

Em 2013, O Estado da Bahia apresentou como documento oficial seu Programa de Educação Ambiental que se apresenta com uma proposta assentada numa forma de gestão participativa com o objetivo de descentralizar o poder das instâncias governamentais. Nessa proposta, as relações de poder são horizontalizadas. Outro fator interessante é que esse Programa foi construído de forma conjunta por meio da participação da sociedade civil e do poder público.

Diante desse Programa que apresenta uma proposta de educação ambiental que tem como finalidade educar numa perspectiva emancipatória, surgiram algumas inquietações, pois quais são as condições que permitiram a construção desse documento de forma paritária entre a sociedade civil e o Estado; outro questionamento se refere em compreender qual é o objetivo do Estado em propor a descentralização do poder, no caso do Estado brasileiro que a forma de governo assentado em democracia é recente, uma vez que até bem pouco tempo era um país governado sob uma ditadura.

Neste contexto de crise da modernidade, o mercado sob controle do capitalismo, com um Estado que não consegue prover as condições necessárias para toda comunidade como: educação, saúde, moradia, transporte, segurança, entre outras questões. Assim emergem os movimentos sociais reivindicando os direitos pós-materialista. As reivindicações dos movimentos sociais apontam para uma nova perspectiva que dá visibilidade aos grupos que eram vistos às margens do desenvolvimento, por exemplo, os negros, a mulher, os homossexuais, os ambientalistas, entre outros.

Assim, como forma de inserir os sujeitos representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil é que vivenciamos a proposta de descentralização de poder e inserção do cidadão civil nas esferas políticas, mediante as quais, o Estado agora lança mão desta reivindicação social como um discurso de efetivação do Estado, ou seja, vamos tentar mostrar que o discurso a favor da descentralização do poder que emerge do seio dos movimentos sociais passa a ser o discurso de efetivação e materialização do próprio Estado, e a política pública que estamos analisando se mostra com um novo olhar em resposta disso.

Levando em conta esses questionamentos, fez-se necessário mostrar o pano de fundo de nossa história de acordo com a revisão bibliográfica, principalmente, na obra de Santos

(1999), para compreendermos quais as condições que permitiram a emergência dos discursos ambientalista que são discutidos no PEA-BA por seus eixos estruturantes.

A transição da modernidade para pós-modernidade não aconteceu de modo fácil. Como o homem conseguiu ter êxito em vários empreendimentos no século XVIII, acreditou que os séculos seguintes fossem promissores.

Investido do conhecimento proporcionado pelo século das descobertas, os pensadores influenciados pelo Iluminismo elaboraram um projeto para a modernidade, rico e capaz de infinitas possibilidades, entretanto, diante de sua complexidade podemos ver os principais motivos que contribuíram para o fracasso do projeto, pois ele foi articulado sob dois pilares: o da regulação e o da emancipação. Esses pilares são subdivididos em três princípios e lógicas que se fazem complementares, vejamos as bases do projeto para modernidade.



Santos (1999)

Assim, pudemos ver o quão rico é esse projeto, em termos de construção. Esperava-se que houvesse um equilíbrio entre os dois pilares, uma vez que eles têm correspondências específicas.

Concomitantemente à constituição do projeto sociocultural da modernidade emerge o capitalismo como modo de produção nos países da Europa e, em várias partes do mundo (SANTOS, 1999), fator que contribuiu para a falha do projeto, porque o Estado não consegue conter o avanço desenfreado do mercado, além do mais, o capitalismo passa a dominar as esferas do mercado e da economia, no mesmo contexto em que o Estado perde o seu caráter de *Estado providência*. A partir de então, a comunidade passa a não se sentir representada pelo Estado, devido a sua ineficiência.

Durante esse período da modernidade, o capitalismo passou por três períodos, a cada etapa se consolidava mais e mais enfraquecido se tornava o projeto para a modernidade. No primeiro período do capitalismo, o pilar da regulação composto pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade funcionou de modo independente. O mercado avança com o crescente desenvolvimento das indústrias, a expansão e o desenvolvimento de grandes centros comerciais, enquanto a comunidade se divide em duas partes: uma voltada para seus interesses particulares e a outra é composta de indivíduos supostamente livres e iguais. Respectivamente, a primeira é o suporte da esfera pública e a segunda da esfera privada (SANTOS, 1999).

É desse contexto que surge o dualismo sociedade civil/Estado, pois segundo Santos:

O modo como foi articulado no século XIX esse dualismo e a sua articulação com o princípio do *laissezfaire* explica a ambiguidade da forma política e da atuação do Estado nesse período. É que a ligação orgânica – pressuposta pela matriz política do Estado liberal – entre a lógica da dominação política e as exigências de acumulação de capital, ao longo do século XIX, concretiza-se e fortalece-se através de múltiplas e sucessivamente mais profundas intervenções do Estado. (SANTOS, 1999, p.81)

No pilar da emancipação a situação é bem mais complexa, pois assim como no pilar da regulação, o pilar da emancipação também segue uma lógica autônoma. A racionalidade expressiva da ciência e da técnica tem um desenvolvimento espetacular, entretanto se alinha com o mercado e, com isso, o capitalismo se beneficia usufruindo a tecnologia, enquanto que a racionalidade moral prática da ética e do direito passa a ser entendida como uma microética liberal e a racionalidade estético expressiva da arte e da literatura separa a arte da vida. Além do elitismo da alta cultura, e o Estado liberal se omite da situação e ainda legitima essas confluências, uma vez que o mesmo associa a ideia de cultura como cultura nacional (SANTOS, 1999).

No segundo período do capitalismo liberal, o projeto sociocultural da modernidade busca um meio mais concreto para atuar, pois contabiliza-se o que pode ser feito numa sociedade desenhada pelo capitalismo e exclui tudo o mais que não pode ser realizado. O mercado continua crescendo a todo vapor com ajuda da tecnologia, com o surgimento de grandes indústrias há um aumento significativo de operários para atender a esta demanda.

Esses contingentes de operários conseguem ganhos interessantes nesse período, pois se organizam em torno de sindicatos, associações patronais, que é uma novidade. É interessante ressaltar que essas práticas de classe se traduzem em políticas de classe. Se antes, a

negociação acontecia entre os partidos burgueses e oligárquicos, a partir de então, tem os representantes dos operários.

O Estado nesse período também passa por mudanças, pois as transformações que ocorreram no princípio do mercado e da comunidade refletiram no seu funcionamento, isso porque para acompanhar o desenvolvimento foi necessário que:

A sua articulação cada vez mais compacta com o mercado evidencia-se na progressiva regulamentação dos mercados, nas ligações dos aparelhos do Estado aos grandes monopólios, na condução das guerras e de outras formas de luta política pelo controle imperialista dos mercados, na crescente intervenção do Estado na regulação e institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o adensamento da articulação do Estado com a comunidade está bem patente na legislação social, no aumento da participação do Estado na gestão do espaço e nas formas de consumo coletivo, na saúde e na educação, nos transportes e na habitação, enfim na criação do Estado-Providência. (SANTOS, 1999, p.84/85)

O pilar da emancipação no segundo período do capitalismo passa por transformações tão intensas quanto o da regulação, porque é nesse pilar que fica mais evidente a transição da cultura da modernidade para o modernismo, extravasando por todos os princípios da emancipação, pois a intenção era de concentrar esforços apenas no que era possível ser realizado, excluindo todo o mais. Santos aponta os principais reflexos dessas mudanças: "... na afirmação da autonomia da arte (arte pela arte) na oposição irreconciliável entre a alta cultura e cultura de massas e na recusa do contexto social bem evidenciada na arquitetura modernista da megapolis". (SANTOS, 1999, p. 84)

O projeto sociocultural da modernidade nesse segundo momento do capitalismo por ter se concentrado no que era possível de ser feito excede as expectativas, porque tudo que foi cumprido foi em excesso.

O terceiro período do capitalismo inicia em 1960, quando o capitalismo, para Santos (1999), é visto como desorganizado, mas o interessante é compreender que o projeto sociocultural da modernidade ainda vive a contradição entre regulação-emancipação. As transformações que ocorreram nos períodos anteriores ganham mais corpo e visibilidade nos dois pilares.

O princípio do mercado toma forma sem precedentes, pois diminui gradativamente o princípio do Estado e da comunidade. Se antes o desenvolvimento proporcionou o crescimento de grandes indústrias e cidades comerciais, agora o avanço é em nível de mundo, com grandes empresas multinacionais, em que a regulação nacional não alcança. O

desenvolvimento das empresas com o advento da tecnologia passa a ser presente nas pequenas localidades diminuindo as barreiras geográficas.

Os ganhos da comunidade obtidos por meio dos sindicatos são minimizados nesse período, o que antes era visto como uma comunidade passa a ser compreendido como sociedade, dividida em frações e se diferenciando cada vez mais por estrato de classes, dessa forma perdem poder de negociação frente às empresas.

As práticas de classe deixam de ser políticas de classe, ganhos concedidos no período do capitalismo liberal em que o Estado/Providência era atuante. Surgem novos movimentos sociais com objetivos de lutas a favor de reivindicações pós-materialista por exemplo: a ecologia, o antinuclear, o pacifismo.

Santos ainda destaca outras diferenciações produzidas pelo capitalismo. “A descoberta feita nos dois períodos anteriores que o capitalismo produz classes e agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também os movimentos racistas e anti-racista)”. (SANTOS, 1999, p. 88)

A ineficácia do princípio do Estado frente aos demais princípios da comunidade e do mercado fez emergir consequências desastrosas para a sociedade, isso porque o Estado, a partir de então, com o intuito de compensar promessas firmadas anteriormente, paradoxalmente, passa a agir com autoritarismo e busca a efetivação de políticas públicas do Estado.

Os desequilíbrios no pilar da regulação apontaram para uma desregulação tanto política, econômica quanto social na vida das pessoas e, numa situação como esta em que o Estado parece ser incapaz de manter um mínimo de equilíbrio e, assim, os pressupostos de lealdade deixam de existir e os novos movimentos sociais surgem com grande representatividade.

As sociedades nesse contexto vivenciaram, paradoxalmente, tanto o excesso quanto o déficit do projeto sociocultural da modernidade, podemos citar como exemplo a contenção do movimento estudantil de 1968, o qual ressalta a fragilidade dos movimentos sociais no capitalismo, e Santos, conclui:

A contenção do movimento estudantil simboliza um princípio de um processo de esgotamento histórico dos princípios da emancipação moderna o qual vem a culminar, no fim da década de oitenta, com a crise global da ideia de revolução social e com a total preponderância da filosofia e da prática política neoliberais. (SANTOS, 1999, p.90)

Assim, percebemos que as sociedades parecem condenadas a viver do excesso. No pilar da emancipação, também vemos uma divergência de interesses no irracionalismo da racionalidade instrumental da modernidade, porque alinhada ao desenvolvimento imensurável do capitalismo, o conhecimento da ciência e da tecnologia que deveria ser usado para fazer o bem, temos visto que contribui para nos colocar a beira dos perigos de proliferação nuclear e das catástrofes ecológicas. (SANTOS, 1999)

A humanidade se vê diante de problemas que a afeta e, no entanto, parece não ser responsável, pois vive-se tendo como filosofia de vida uma ética individualista, ou seja, microética que ninguém se sente culpado pelas grandes catástrofes ecológicas, além do mais, como conseguir responsabilizar alguém se os grandes culpados alimentam-se da regulamentação jurídica. (SANTOS, 1999)

Apesar de o Estado ter mostrado uma preocupação com relação a sua imagem e a coesão social, ele não tem sido bem visto nas sociedades, pois os meios de regulação que tem priorizado para se fazer presente, que caracteriza uma democracia vigiada, pode ser comparado com os mesmos meios que Maquiavel formulou, cuja preocupação foi em conservar o *status* no governo e proteger o território. Foucault, numa análise da obra *O Príncipe de Maquiavel*, menciona outra perspectiva sobre a tarefa de governar.

Na leitura desse trabalho, o autor mostra o quão é importante que o Estado consiga mais do que o cuidado de conservar o seu território e se manter no governo, pois revela em algumas passagens que o exercício de soberania está intimamente imbricado com o exercício de poder.

Enquanto a soberania foi o problema principal, enquanto as instituições de soberania foram as instituições fundamentais e o exercício de poder foi pensado como exercício da soberania, a arte do governo não pôde se desenvolver de modo específico e autônomo. (FOUCAULT, 2013, p.421)

No entanto, nas leituras antimaquiavel o objetivo dos autores tem sido o de mostrar que, para se conquistar a arte de governar, é preciso dispor de governantes que saibam governar as relações entre as coisas e as pessoas;

Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com as coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que sejam os acidentes ou

as desgraças como a fome, a epidemia, a morte etc. (FOUCAULT, 2013, p.415)

Mas, como governar relações num contexto como este? Em que busca a descentralização de poder, entretanto, os resquícios do período colonial, a relação senhoril permanece latente? Como conseguir êxito em situações como esta que requer sabedoria, competência para desempenhar um bom trabalho para a sociedade? Dessa forma, compreendemos o porquê de uma nova reconfiguração nas relações políticas para a sociedade contemporânea, o Estado tem procurado uma nova forma de governar.

1.1 Os Modelos de Estado a partir dos Metarrelatos Modernos

Durante a modernidade, as sociedades passaram por muitas transformações que refletiam na constituição do processo histórico da noção de Estado. No século XX, o mundo foi marcado por duas grandes guerras⁴ mundiais, mas foi no período entre guerras que aconteceram intensas revoluções que influenciaram e alteraram o desenvolvimento do nosso século.

A Revolução de Outubro⁵ conseguiu revelar outro modelo de desenvolvimento, em detrimento ao modelo do capitalismo, isso porque até antes de 1917, este era o único. Entretanto, as ondas de revoluções tentaram mostrar que o capitalismo não era a melhor alternativa para toda sociedade e sim para uma parte desta. Dessa forma, insatisfeitos e num contexto de mobilizações que podia ser manifestado a qualquer momento, como aponta o autor. “... Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido de guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo.” (HOBSBAWN, 1995, p. 62)

No período entre guerras, as sociedades presenciaram a emergência de uma concepção de Estado socialista que teve como ponto de partida a Rússia. Entretanto, apesar de ter sido na Rússia o início da revolução, ela não dispunha de condições para liderá-la e vencê-la, porque era um país de base camponesa, com sinônimo de pobreza e atraso, sendo assim, o máximo que podiam fazer era servir de exemplo.

O próprio Karl Marx, no fim da vida, tinha esperado que a Revolução Russa agisse como uma espécie de detonador disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrialmente mais desenvolvidos, onde estavam

⁴ 1º guerra (1914-1918) e 2º guerra (1939-1945)

⁵ Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de Outubro de 1917.

presentes as condições para uma revolução socialista proletária. (HOBSBAWN, 1995, p. 64)

E como foi previsto, essas ondas de revoluções conseguiram mobilizar muitos operários, inclusive os que pertenciam aos movimentos dos trabalhadores das fábricas dos países beligerantes europeus, devido aos massacres sangrentos presenciado após a 1ª Guerra Mundial. As discussões que embasaram os debates em grande parte dos países europeus tiveram como objetivo a destituição das classes dominantes para acabar com a exploração, e o comunismo soviético era tido uma alternativa viável.

Outro fator que marcou e redesenhou o curso da história do capitalismo foi a Grande Depressão⁶ do período entre guerras que destruiu o liberalismo econômico e que mudaram as formas de políticas de Estado, uma vez que o grande número de desempregados, seguido de queda dos preços de alimentos e matérias primas, forçou os Estados a interferir nas vendas dos produtos como meio de autoproteção.

Os países que tinham como modelo o capitalismo depois de 1918 tiveram grande motivos para ficarem inseguros, porque, assim como vimos, grande parte dos países europeus foram destruídos pela 1ª Guerra Mundial, na sequência aconteceram as revoluções sociais, cujo objetivo em alguns países europeus era substituir o capitalismo pelo socialismo, além do mais, a Grande Depressão mostrou a fragilidade do capitalismo.

O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sobre os seus novos Planos Quinquenais. De 1929-1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. (HOBSBAWN, 1995, p. 100)

Diante de um clima de intensas mudanças e queda do capitalismo o grande contingente de desempregados representava um problema que podia estourar a qualquer momento, além do mais, havia muitos imigrantes por causa da guerra. Esse episódio contribuiu para instalação de modernos sistemas previdenciários e, também, a aprovação da Lei de Seguridade Social em 1935. Vale ressaltar que é a partir de então que se inicia o uso do termo de “Estado de Bem-estar (*welfarestate*)” (HOBSBAWN, 1995).

⁶ (1929-1933)

Esse fenômeno mundial contribuiu em mudanças significativas para as sociedades devido aos descontentamentos políticos e sociais. A classe operária que foi a principal prejudicada nesse contexto passa a ser um perigo iminente para os políticos.

Na América Latina os efeitos da Grande Depressão foram de grande relevância para o pensamento tanto na política quanto no público, pois "... doze países mudaram de governo ou de regime em 1930-1, dez deles por golpe militar. (HOBSBAWN, 1995, p. 108). No Brasil, essa crise teve pontos positivos, pois conseguiu acabar com a oligárquica "República Velha", levando ao poder Getúlio Vargas, um populista-nacionalista que, influenciado pelo fascismo⁷ europeu e com o apoio das classes trabalhadoras, conseguiu destituir o poder da classe dominante.

O período entre guerras foi um momento que serviu para demonstrar que tanto o capitalismo quanto o socialismo podem ser substituídos e que nenhum modelo é inatingível. Entretanto, para ocidente, a crise financeira que abalou quase todo o globo contribuiu para mudanças na forma de atuação do Estado, isso porque, a partir de então, sua atuação foi mais efetiva, caracterizando-se como *Estado Providência*, porém mais regulador.

Então, predominou nesse período, um Estado presente, que buscou garantir a cidadania com oferta de mais emprego, educação, saúde e moradia, entretanto com o restabelecimento do capitalismo após a grande crise na esfera do mercado, os capitalistas querem instituir um Estado mínimo, ou seja, o Estado neoliberal.

Diante da constituição dessa nova concepção de Estado neoliberal, a sociedade passa a conviver com a ideia do afastamento progressivo da intervenção da instância estatal, emergindo o dualismo Estado-sociedade civil que provoca distanciamento e a não representação política, buscando sua representação por meio de ideais identitários como gênero, raça, ambientalismo, entre outras representações.

A sociedade vive uma situação complicada, diante de um Estado que não cumpre sua função; o *Estado providência* que deveria proporcionar o bem-estar aos cidadãos, mas o capitalismo quer subverter as relações sociais em modo de produção. As sociedades buscam uma forma para reivindicar seus direitos pós-materialistas.

E em consequência do excesso de regulação da vida social e cultural dos cidadãos os pressupostos de lealdade frente ao Estado caem por terra, surgindo assim, os Novos Movimentos Sociais (NMS). Assim, percebemos que esse é o início da luta em prol da

⁷Os movimentos fascistas apresentavam elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, frequentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico. HOBSBAWN, 1995, p. 130)

reivindicação num momento em que tudo apontava para uma desregulação geral em todos os campos da vida dos sujeitos.

O surgimento dos movimentos sociais serviu para denunciar o excesso de regulação nas relações de produção, que afetava a vida social e coletiva de todos padronizando como se deve viver, descansar, trabalhar, entre outros, embora não fossem específicas delas, mas conseguiam ditar um novo modelo de vida.

... a ideia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini racionalidades ao serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência. (SANTOS,1999, p.102)

Desde 1914, a sociedade presenciou a constituição de dois modelos de Estado que solidificou e serviu de parâmetros. Esses modelos são compreendidos como metarrelatos para a sociedade contemporânea, tanto no capitalismo quanto no socialismo a representação da instância estatal é significativa. No primeiro modelo, o Estado garante a igualdade entre todos os indivíduos, já no segundo modelo, a igualdade é assegurada com a destituição de classes, com maior ou menor representação, esses modelos que se materializaram ao longo da história, servem de fundamentos para propostas de intervenção.

As transformações que ocorreram durante a transição para a modernidade serviram de base para as condições que temos hoje na sociedade contemporânea, pois, concomitante à elaboração do projeto sociocultural da modernidade emergiu o capitalismo e sua força e percebida nos três períodos.

No primeiro o mercado avança, a comunidade se divide em duas partes. Um, suporte da esfera pública, e o outro, da esfera privada e o Estado vive a dualidade: Estado–Sociedade civil. No segundo período, diante do fracasso do primeiro as atenções são concentradas no que é possível ser realizado. O capitalismo é descrito como liberal, o mercado cresce, mas aumenta o contingente de funcionários organizados em sindicatos; enquanto que o Estado passa a garantir a cidadania se caracterizando como um *Estado Providência*.

No terceiro momento, o capitalismo é tido como desorganizado. O mercado cresce sem precedentes em nível mundial, diminuindo o Estado e a comunidade que passa a ser descrita como sociedade fragmentada. O Estado, com intuito de cumprir promessas firmadas anteriormente, passa a agir com autoritarismo, mas busca a efetivação de políticas públicas.

Essa é uma das interpretações que podemos fazer sobre a constituição dos modelos de Estado, comunidade e mercado que temos vigente em nossa sociedade contemporânea, sendo

assim, a partir dessa interpretação, podemos compreender o porquê das reivindicações dos movimentos sociais, o porquê de um projeto que emerge a partir de uma política pública, o porquê da inserção do cidadão civil nas esferas públicas, o Estado querendo superar o dualismo Estado – sociedade civil.

1.2 A Reconfiguração Social como Consequência do Avanço do Capitalismo

A década de 1970 é um marco para muitas discussões sobre o meio ambiente e os impactos ambientais que, impulsionado pelo excessivo desenvolvimento do capitalismo, provocou grandes mudanças nas sociedades. Isso porque, no nosso entendimento, se pudéssemos eleger os motivos que nos trouxeram ao patamar em que vivemos, indicariamos o “capitalismo”, pois é a partir dele que surgem as discussões sobre a valorização do tempo, principalmente, no modo de produção e a compressão do espaço por meio da diminuição das barreiras geográficas, mudanças provocadas a partir da submissão ao capitalismo.

Assim, com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e de suas principais mudanças, que para muitos são vistas como avanço, não podemos ignorar o poder de persuasão do capitalismo em subverter essas conquistas a seu favor, por exemplo: um empresário pode administrar várias empresas ao mesmo tempo, dentro de seu espaço.

E assim como bem aponta Harvey:

Quanto menos importante as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para os lugares se diferenciarem de maneiras mais atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado. A tensão histórica dentro do capitalismo entre centralização e descentralização tem sido trabalhada agora de novas maneiras. (1989, p. 267)

O capitalismo está no centro de toda problemática, pois contribuiu para a formação das classes sociais e das lutas entre elas, assim como parte dos conflitos gerados nas sociedades. O Estado perdeu seu *status* no momento em que não conseguiu conter o avanço desenfreado do capitalismo. Por isso, vemos o grande incentivo dos governantes na promoção de políticas públicas que visam a descentralização do poder, o exemplo bastante relevante são os “Territórios de Identidade”.

Dessa forma, compreendemos que alguns fatores desencadeados pelo capitalismo se desdobraram em situações múltiplas, sendo a década de 70 o marco de muitas reivindicações nas sociedades fragmentadas, em que cada grupo busca seu reconhecimento.

...a ficção pós moderna mimetiza alguma coisa, mais ou menos como aleguei que a ênfase na efemeridade, na colagem, na fragmentação e na dispersão no pensamento filosófico e social mimetiza as condições da acumulação flexível. E não seria surpresa ver que tudo isso é compatível com a emergência, a partir de 1970, de uma política fragmentada de grupos de interesses regionais e especiais divergentes.

Mas é exatamente nesse ponto que encontramos a reação oposta, que pode ser melhor resumida como a busca de uma identidade coletiva ou pessoal, a procura de comportamentos seguros num mundo cambiante. (HARVEY, 1989, p.272)

A condição pós-moderna instaurou uma racionalidade que tem como primícias o consumo para satisfação individual, ao invés da união de interesses para o bem comum, posto que, com o advento do capitalismo, da ciência, do avanço na tecnologia proporcionando a universalização das práticas sociais e culturais, essas conquistas não estão sendo utilizadas como ferramentas que tenham o objetivo da integração em prol de mobilizações para melhores condições de vida.

O capitalismo conseguiu suprimir o espaço por meio da quebra de barreiras, com isso diminui o tempo, de forma a acelerá-lo, no entanto, são conquistas que contribuem para sua automanutenção.

Por mais que não haja dificuldade em transpor barreiras em busca de melhoria de vida, o que prende as pessoas aos espaços são os laços com a família, a cultura da localidade. Agora é preciso uma estratégia de identificação do indivíduo para com o espaço, pois:

Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam. (HARVEY, 1989, p.189)

A partir dessa lógica, podemos compreender o processo em que aconteceu no Estado da Bahia, o porquê da divisão territorial, em “Território de Identidade”, visto que a sociedade no contexto de transição para a pós-modernidade é descrita como fragmentada, compondo uma diversidade de grupos sociais.

E a ideia de Território de Identidade surge desse contexto, em que cada grupo busca um lugar de identificação, pois, segundo Harvey, “A construção desses lugares, a promoção de alguma imagem estética localizada, permite a construção de algum sentido limitado e limitador de identidade no turbilhão de uma colagem de espacialidades implosivas”. (1989, p. 273)

O que temos visto nas discussões sobre esse paradigma pós-moderno é que ele traz em seu bojo a ideia de progresso por meio da modernização, ou seja, temos uma sujeição do espaço em defesa do desenvolvimento que beneficia poucos à custa de muitos, como bem define Foucault, “o espaço, é uma metáfora para um local ou continente de poder que de um modo restringe, mas por vezes libera, processos de *Vir-a-Ser*”. (Apud HARVEY, 1989, p.197)

Ao mesmo tempo em que vemos os espaços como *locus* onde se exercem as formas de poder, o mesmo pode também ser liberado, uma vez que as práticas sociais são locais e globais. O processo de modernização das sociedades contemporâneas por meio da tecnologia facilitou a comunicação e a universalização das práticas sociais e culturais a partir do processo de globalização.

Tomamos como ponto de partida o cenário desolador provocado pelo capitalismo, numa lógica que define as relações de poder, as relações sociais e compartilhando com a noção de espaço como continente de poder, podemos deduzir que uma reconfiguração do espaço pode simbolizar uma reorganização na estrutura, de forma a manter o controle do poder vigente, embora, percebe-se o esforço do Estado na tentativa de redefinir essas relações por meio de uma gestão democrática, cujo cidadão civil é convidado a gerir seu espaço.

1.3 Conceitualizando o Termo Território de Identidade

Compreender o significado do termo “território de identidade”, não tem sido fácil, principalmente, porque ambos os termos separados abarcam uma série de conotações, tornando complexa tanto a definição de território como também a de identidade. A complexidade está tanto nos termos separados quanto juntos, dessa forma, temos a convicção de que a compreensão das gêneses desses termos é de grande relevância para fundamentar formulações que visem sua apropriação.

Temos visto que, apesar de estarmos discutindo sobre termos que trazem implicações conceituais em sua definição, não é raro vermos essa discussão, principalmente, no Estado da Bahia, pois ele está se adaptando à nova reconfiguração, assentada na divisão territorial onde os 417 municípios foram agrupados em 27 Territórios de Identidade.

Território tem sido definido, usualmente, como uma base geográfica, sob a qual se assenta uma comunidade, onde transformam esse espaço por meio de suas interações, desenvolvendo sentimento de pertença e construindo sua identidade, baseada na relação homem/natureza.

Não é raro vermos em alguns trabalhos definições sobre o termo. Para Ratzel (*in* SAQUET, 2005), território se apresenta como uma base geográfica, ou seja, o espaço vital para a condição humana, no entanto, há muitas divergências com relação à definição do termo, podemos ver outras associações, como nas definições abaixo:

Roberto Sack entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos fenômenos e relações delimitando e efetivando o controle sobre uma área. Esta, é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma certa área/território, através de condicionamento de comportamentos. (SAQUET, 2005, p. 3)

Há uma polêmica na Geografia acerca da validade dos diferentes conceitos de território, particularmente aquele que discute até que ponto 'território' pode ser tão alargado, ao incorporar cultura, valores, micro poderes. Algumas correntes consideram que esta excessiva flexibilidade do conceito pode esvaziar sua pertinência, e defendem o fator político e as relações de poder como o núcleo de sentido em que deve ancorar o conceito de território. (DUARTE, 2009, p.4)

Essa definição, como bem aponta o autor, mostra a complexidade ao tentar definir o termo, no entanto, vemos que ele fica resumido a questões políticas e de relações de poder. Em muitos trabalhos, território tem sido associado à definição geográfica, vinculada à base geoeconômica, em outros apontando as relações de poder geopolítico e sobre o campo da identidade e da cultura, a geografia social. (DUARTE, 2009)

A territorialidade é considerada um processo de interação, dominação e/ou apropriação do espaço, mas quando nesse processo o caráter simbólico e cultural é mais valorizado em detrimento ao aspecto funcional do território, vemos que a territorialidade foi reduzida ao processo de caráter de identificação territorial. (DUARTE, 2009)

No entanto, para Raffestin, território é a ação sobre o espaço, ou seja, temos um determinado espaço com limites previamente definidos e, a partir de determinado interesse subjacente, essa ação planejada será executada. Para o autor "O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve no campo de poder". (RAFFESTIN, 1993, p.2)

A partir da citação acima, podemos compreender que o espaço, se comparado de maneira bastante rudimentar, poderia ser definido como matéria prima e, a partir de interesses

individuais e/ou coletivos, poderá se constituir como um território. Para esse autor, território está associado ao caráter político e multifacetado pelas relações de poder e dominação, que nos espaços se instalam pela territorialização.

A territorialização é um processo contínuo, na medida em que os indivíduos permanecem em determinado espaço enquanto conseguem suprir as suas necessidades materiais e simbólicas. Sendo assim, “É fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens matem entre si e com a natureza exterior para sobreviverem biológica e socialmente, e, é nestas relações que ocorrem identidades, unidades entre diferentes atores sociais”. (SAQUET, 2005, p. 3 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Dessa forma, pudemos compreender que a identificação com determinado espaço pode se dar por vários motivos, sejam eles de caráter cultural, social, econômico, geográfico entre outras formas. Assim, como discutir identidade, uma vez que um indivíduo pode se identificar de várias maneiras e com vários territórios ao mesmo tempo, de acordo com o pulsar de seus interesses, individuais ou coletivos?

As discussões sobre a constituição da identidade passaram por novas reformulações, principalmente a partir do século XX, pois antes a noção que se tinha de identidade era de uma identidade fixa, em que havia um reconhecimento do sujeito entre o seu interior com seu exterior, no qual esse sujeito é parte integrante de um espaço que o reconhece e possibilita-lhe uma interação entre o seu eu e a sociedade, no entanto, esta interação entre o indivíduo e a sociedade, foi um período que existiu na primeira metade do século XX.

Entretanto, exatamente no mesmo período, um quadro mais perturbado e perturbador do sujeito e da identidade estava começando a emergir dos movimentos estéticos e intelectuais associados com o surgimento do modernismo. Encontramos, aqui, a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano de fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal. (HALL, 2002, p. 32)

A partir da análise do autor, ficou evidente que a noção de sujeito unificado não acompanhou as transformações nas transições provocadas pela modernidade e, essa concepção de sujeito foi fragmentada, ficou sem reconhecimento nesse novo espaço, o que provocou uma crise de identidade. Assim, aquele sujeito unificado, centrado, não existe nessa sociedade.

A visão que o sujeito tinha de identidade formada foi desestruturada. Podemos inferir que esse processo de construção de identidade atual é formado e constituído continuamente de acordo com as relações que estabelecemos e como somos representados e interpretados. As

relações agora são construídas em diferentes espaços e momentos. Em cada espaço uma relação, um reconhecimento, uma intensidade e essas relações não se constituem de conceitos unificados, são estabelecidas.

As discussões sobre os conceitos dos termos território e identidade, acima, servem de base para nossas formulações, embora nosso objetivo seja discutir o significado dos termos; território e identidade juntos, no entanto, compreendemos que não podemos conceber uma discussão sem antes ter clareza da definição de cada termo.

Assim, vemos que os termos **território** e **identidade** separados ou juntos trazem consigo uma multiplicidade de conceitos, mas a noção que, neste contexto contemporâneo, tem sido mais usado é a de que desperte no povo algo que o identifique como uma sociedade que busca o bem comum e uma identificação com o território.

1.4 “Territórios de Identidade”: Resultado de uma Política Pública de Descentralização de Poder

A forma democrática das organizações políticas no Brasil aconteceu tardiamente. Temos como marco inicial a Constituição Federal de 1988, a qual anuncia um discurso de maior participação da sociedade civil no âmbito das esferas políticas e com maior poder de decisão no processo de gestão de seu espaço. Embora essa possibilidade de envolvimento é uma realidade, não podemos perder de vista que o processo que validou esse ganho não aconteceu de forma pacífica, foi por meio de mobilizações de grupos sociais que o Brasil saiu de um Regime de Governo ditador.

No Brasil, a distinção entre sociedade civil e Estado é ainda mais complicada e complexa do que em muitos lugares, porque desde “sua descoberta”, em 1500, que o povo tem sido explorado e ficado às margens da proteção de seus governantes. Na constituição de nossa história temos conhecido apenas a noção de regulação sem a devida proteção de uma unidade Estatal.

Assim, temos visto se desenhar na nossa história duas noções de intervenção do Estado mínimo e máximo. A primeira noção, percebemos através do meio que deixa de exercer suas obrigações para garantir o bem estar da sociedade como: segurança, educação, saúde, moradia e omissão com relação às formas de atuação do mercado. E a segunda noção de Estado máximo está mais visível na proteção dos direitos civis e jurídicos, “todos têm os seus direitos garantidos”.

A garantia dos direitos políticos e jurídicos de todos parece importante, no entanto nos coloca numa situação de igualdade nas relações de trabalho, beneficiando mais quem tem os modos de produção, como afirma Santos, “Pela primeira vez na história, o Estado tornou-se verdadeiramente público, isto é, deixou de se constituir propriedade privada de qualquer grupo específico” (SANTOS, 1999, p.122). Dessa forma, temos visto que, no Brasil, as formas de governo se caracterizam de forma dúplice Estado mínimo e máximo.

A conjuntura do Estado mínimo e sua proposta de inserção da sociedade em espaços públicos é feita por meio da desregulamentação, ou seja, privatização dos serviços na busca de melhoria, mas que, *a priori*, é sua obrigação tanto na promoção do serviço quanto na qualidade. Outra questão que emerge com a desregulamentação é que de forma implícita abre possibilidade para atuação do mercado, fomentando o capitalismo e criando uma sociedade de excluídos, uma vez que muitos não têm acesso a serviços de qualidade nem por meio da garantia do Estado nem pelo oferecimento do mercado.

Assim, vemos uma problemática que parece invisível aos nossos olhos, pois partindo do pressuposto que o Estado perdeu o seu *status*, o capitalismo é que consegue manipular as relações sociais. Dessa forma, nos propomos a analisar a proposta da divisão territorial em “Território de Identidade” no Estado da Bahia, uma vez que esse conceito surge no contexto de crise da modernidade na sociedade.

Essa pesquisa tem o intuito de compreender o que está nas margens da proposta de divisão territorial para o Estado da Bahia em “Território de Identidade”, que, a nosso ver, busca reconfigurar as relações de poder, por meio dos Territórios de Identidade, tendo como principal proposta a descentralização do poder.

Diante da omissão do Estado perante as mazelas da sociedade, como discutir os ideais políticos uma vez que as pessoas não se sentem representadas por partidos, e sim questões culturais e identitárias, como: gênero, raça, etnia, ambientalismo, orientação sexual, entre outras. Assim, vemos que o discurso que está sendo difundido significa uma nova reconfiguração nas relações de poder a partir do modelo de “Território de Identidade”.

No Brasil, a constituição dos Territórios de Identidade se deu a partir da regionalização, termo que se compara com a definição de espaço definida por Milton Santos: “... formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de ações que não devem ser considerados isoladamente, mas, como um marco único, onde a história evolui.” (PERICO, 1999, p.51)

Para constituir os Territórios de Identidade no Brasil foi feito um trabalho conjunto com a sociedade civil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Secretarias de Meio Ambiente

e Educação, entre outros órgãos, que buscaram identificar as microrregiões, que deveriam apresentar dois critérios básicos, para se constituir. Vejamos nas citações abaixo:

O trabalho de identificação das áreas, feito pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (STD), pauta-se nas 556 microrregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um dos atributos mais importantes dessa regionalização é a utilização pelas diversas políticas de Estado Brasileiro, o que permite algum grau de identificação entre os ministérios e os programas públicos. (PERICO, 2009, p.105)

Essa regionalização norteou a SDT na seleção das unidades do espaço elegíveis para a ação das políticas. Foram definidos dois critérios básicos de seleção: população (microrregião com população municipal média até 50.000 habitantes) e densidade (microrregiões com densidade inferiores a 80 habitantes por hectare). Trata-se, em essência, de se aplicar um critério para definir as microrregiões rurais. Esse exercício resultou na seleção de 449 microrregiões rurais que estariam no âmbito de ação da SDT, sendo 63 microrregiões intermediárias (rural-urbana), que cumpre apenas uma das condições, e 44 microrregiões “urbanas” que não cumprem nenhuma das condições. Assim, a seleção das microrregiões ficou concentrada naquelas de caráter rural, que cumprem duas condições simultaneamente. (PERICO, 2009, p.105/106)

A SDT teve como estratégia para sua seleção, alguns critérios bastante pertinentes, como, o grau de importância referida à presença da população que concentrava maior número de agricultores familiar, uma vez que prioriza áreas rurais. Esses critérios serviram de base para dar início à proposta da divisão territorial assentada sobre os territórios de identidade.

Mas outras questões foram levadas em conta e contribuíram para redefinir os Territórios de Identidade, as microrregiões foram classificadas de acordo com o grau de importância para a comunidade inserida, como foi um projeto que tinha como objetivo essa identificação, valorizando o homem em seu espaço. A premissa do projeto buscou também valorizar o homem no campo, por isso o Ministério do Desenvolvimento Agrário é também parte integrante do projeto.

Assim, uma das questões em que valorizavam o espaço em termo de hierarquização era o número de famílias assentadas, quanto maior o número das unidades familiar, melhor era para STD viabilizar o projeto, antes do início da implantação do projeto foi feito uma convocação dos agentes envolvidos, tanto em escala local quanto estadual nas microrregiões selecionadas. (PERICO, 2009)

Esse processo – com o predomínio das reuniões realizadas pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural – conduziu à apreciação das realidades política e cultural de cada microrregião, o que resultou na redefinição das

áreas. Esse foi o primeiro passo do processo de construção dos Territórios de Identidade.

O passo seguinte foi pautado pela expressão real dos atores diante de suas próprias interpretações sobre o significado de uma unidade espacial. Esse exercício mudou a definição e a seleção inicial das microrregiões em favor dos territórios por ser o resultado de distintas possibilidades de combinações das microrregiões originais. (PERICO, 2009, p. 107)

A partir da convocação dos atores envolvidos, foi possível entender e compreender algumas questões consideradas pertinentes, uma vez que a base do projeto é um espaço cujos agentes precisam se identificar para então territorializar-se, constituindo como Território de Identidade. Assim, faz-se necessário decifrar e levar em consideração qual é a unidade para coesão social para determinado espaço?

Isso porque, se o objetivo para a implantação do Programa é desenvolver e/ou valorizar um elo indissociável entre os sujeitos e o espaço para que haja uma identificação e um sentimento de pertencimento e reconhecimento pelo Território, dessa forma, é preciso levar em consideração que há várias formas que podem levar os indivíduos a se identificarem com seu espaço, sejam elas as razões políticas, culturais, econômicas, sociais, entre outras.

No contexto em que os Territórios de Identidades iniciaram suas discussões, encontraram um cenário bastante desafiador, pois como criar uma identidade entre o indivíduo e um espaço num momento em que cada sujeito reivindica sua singularidade? É um processo bastante complicado, fazendo necessário ter um território com múltiplas identidades.

Dessa forma, o Território de Identidade pode inclusive chegar a constituir espaços descontínuos. O elemento central na reflexão que se pretende provocar é o fator de a identidade – como a expressão das características diferenciadoras e distintivas da população pertencente a um espaço – converter-se no espírito essencial, básico e estruturante do território. Além de possibilitar descrever e caracterizar o território, a identidade serve de orientação ao ordenamento das estratégias de desenvolvimento ao apoiar e definir o caráter das forças motoras que possibilitam avançar ao alcance do bem-estar. (PERICO, 2009, p.108)

Por meio da divisão do espaço em Territórios de Identidade, com o objetivo de atender aos interesses de uma sociedade fragmentada, vimos que o capitalismo ainda tem seu lugar de destaque, pois, como bem definiu Harvey na explicação sobre a compressão do espaço através do tempo, percebe-se que não há barreira ou distância em que o capitalismo não possa se beneficiar.

Essa proposta de reconfiguração do Estado da Bahia foi bastante ousada, uma vez que temos um espaço que apresenta uma diversidade em vários sentidos, como cultural, regional, social e geográfica. Essa proposta está assentada na vigência do paradigma pós-moderno, em que cada grupo busca sua forma particular para se identificar com seu espaço, e o governo busca um meio para se fazer presente, sendo, a primeira vista, a proposta de descentralização do poder, cujo sujeito participa ativamente da proposta política do território de identidade.

Mas a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. (HARVEY, 1989, p.265)

Assim, compreendemos que mesmo fragmentando os espaços e alterando a reconfiguração política, o capitalismo ainda detém poder.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: RESULTADO DE EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

2 A Constituição da Educação Ambiental no Brasil

A educação ambiental brasileira é particularmente interessante, porque foram os movimentos sociais e a sociedade civil que, inicialmente, abriram espaço para as discussões sobre a referida temática, isso porque, até a década de 1970, os governantes não tinham o meio ambiente como um recurso natural que deveria ser preservado.

Essa falta de comprometimento na gestão dos recursos naturais foi percebido durante a Conferência de Estocolmo em 1972, quando os representantes do Brasil, no momento da convocação para firmar compromisso que representasse cuidado com o meio, proferiram o discurso “que venha a poluição, nós queremos é nos desenvolvermos”. Muitos defensores do meio ambiente acreditam que eles foram inconsequentes ao proferirem esse discurso. (VIOLA, 1987)

Mas, quando analisamos o efeito do discurso da Delegação brasileira durante a Conferência de Estocolmo percebemos que foi de extrema importância para a questão ambiental e social, pois os países desenvolvidos queriam apenas tratar de limitação dos recursos naturais, enquanto os países em desenvolvimento, assim como foi expresso pela Delegação brasileira, apontaram a necessidade de não criar barreiras para o desenvolvimento, trazendo para a discussão de modo implícito que a relação homem-natureza não se estabelece em dois polos distintos e que não é possível esta separação.

Assim, houve a necessidade de repensar a relação do homem com a natureza.

Mas, como a Conferência de Estocolmo, que em princípio tinha como objetivo apenas a discussão ambiental, ficou estabelecido para a pauta das Conferências posteriores a necessidade de inserir o social, o ambiental e o econômico, surgindo, *a posteriori*, o conceito de Desenvolvimento sustentável.

Outra questão que contribuiu para a singularidade da educação ambiental brasileira é que muitos ambientalistas por meio dessa pauta de reivindicação tanto conseguiram a redemocratização quanto estruturaram o movimento a partir do contexto de democracia na política do país. (ALONSO, *et al*, 2001)

Sendo assim, a década de 1970 pode ser indicada como um marco do processo de tomada de consciência ecológica e, alguns acontecimentos, como o resultado do Relatório de Meadows, a crise do petróleo, entre outros, foram cruciais para isso. Esses fatos contribuíram

para instaurar uma nova ordem, na qual a crise do meio ambiente ganha espaço e visibilidade.

Nesse contexto, a temática da educação ambiental a partir dos discursos oficiais vem se consolidando de diversas formas e em todas as esferas da sociedade, devido à realização das Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre as várias Conferências, podemos citar a de Estocolmo de 1972, que abordou a raiz do problema e trouxe os gestores para a discussão sobre a questão ambiental. Nessa conferência também foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que apontou a Educação Ambiental (EA) como política pública e a formação dos professores como meio para alcançar tal objetivo.

Em 1977, a ONU realiza a Conferência de Tbilise, na qual discute um direcionamento para a EA a partir da visão sistêmica, interdisciplinar, contextualizada e a formação docente como meio para viabilizar essa educação, saindo de uma visão fragmentada, em que via apenas a parte e não o todo.

Acreditamos que esses momentos foram significativos para o desenvolvimento da EA, pois a partir daí ganhou espaço e legitimidade. Embora, esses discursos tenham circulado com grande adesão nas diferentes esferas da sociedade, temos visto que a materialização discursiva no Brasil deveria ser consolidada com mais agilidade. Isso porque, depois das discussões durante a Conferência de Tbilise, o Brasil institui em 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente, mediante a Lei de nº 6.938, no Art. 2º no qual consta, como um de seus princípios, a exigência da implantação da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a capacitação da comunidade, tendo como requisito que seja uma “participação ativa na defesa do Meio Ambiente”. (PEA-BA, 2013, p. 28)

Apesar disso, não houve a concretização de ações nos espaços escolares que atendessem à Lei. Em 1987, o Ministério da Educação (MEC) aprova o Parecer de nº 226, que determina a inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus, de acordo com a realidade local e promova a integração entre escola e comunidade, como estratégia de aprendizagem. (PEA-BA, 2013, p. 28)

Até então, foram poucas as conquistas em relação à efetivação da Lei, assim, para buscar estratégias para promover a educação ambiental, no ano de 1987,

... a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), promove em Moscou na Rússia um Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio ambiente. Neste evento foi elaborado um documento final “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90”, que ressalta a necessidade de fortalecer as orientações de Tbilise, quanto a priorização de

investimentos para a formação de pessoas em áreas formais e não formais da educação ambiental. (PEA-BA, 2013, p. 28/29)

Assim, após as discussões ocorridas no Congresso em Moscou, a educação ambiental passa a ser uma área de prioridade de investimentos para formação de pessoas em espaços escolares ou não. A partir de então, em 1988, no Capítulo VI, artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, foi estabelecido que o poder público deveria “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (PEA-BA, 2013, p. 29)

Diante das citações dos artigos e do parecer acima, vimos que desde 1981, a educação ambiental é para ser trabalhada nas escolas, assim como a inclusão das comunidades locais. Desde a Conferência de Tbilise foi debatido a necessidade da formação docente como agente mobilizador na formação ambiental, mas só foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1999, se constituindo como Política Nacional de Educação Ambiental.

Ainda em 1999, é sancionada a Lei 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Outro fator relevante acontece neste mesmo ano, que é a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental. A partir de então, o Brasil já tem as bases para a efetivação da educação ambiental, que deve ser trabalhada de forma transversal, assim como apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

No ano de 2002, o Decreto Federal de nº 4.281 regulamenta a Lei 9.795, dando condições para a implementação de uma Política Nacional de Educação Ambiental.

2.1 A Contribuição dos Movimentos sociais para a História Ambiental no Brasil

A história ambiental brasileira é marcada por conflitos e se constituiu de forma predatória e selvagem, desde o seu início, quando os Portugueses chegaram devastando grandes áreas de mata nativa. Depois de muito tempo, mesmo conhecendo os impactos negativos que podem causar ao meio ambiente, essa prática ainda está presente em muitos lugares do país.

O Brasil possui grandes riquezas naturais, tem a maior floresta do mundo, concentra grande parte das bacias hidrográficas, mas os nossos governantes não souberam administrar esses recursos. Diante dos registros que foram feitos de nossa história, temos a convicção de que a política brasileira teve grande influência no processo de desenvolvimento predatório de nossos recursos.

Podemos citar, por exemplo, quando o ex-presidente Juscelino Kubitscheck⁸, motivado pelo desejo de progresso e desenvolvimento que tinha como meta avançar “50 anos em 5”, abriu as fronteiras do Brasil para indústrias internacionais com benefícios de não se adequarem às exigências que tinham os outros países em relação à instalação de equipamentos antipoluentes. Esse discurso paradoxalmente contribuiu para o progresso e para a destruição de muitas áreas que deveriam ser preservadas ou conservadas, como, por exemplo, a construção das linhas Transamazônicas.

Essa ideologia de progresso e desenvolvimento continuou nas administrações posteriores, mas foi durante o regime militar sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) que muitos desdobramentos significativos emergiram em prol dos movimentos ambientalistas.

Muitos ativistas brasileiros não concordavam com o modelo de administração dos militaristas nem como geriam os recursos naturais do país, além do mais, os cidadãos estavam sensibilizados com os problemas ambientais, em escala planetária. O mundo vivia na década de 1970 um processo de tomada de consciência ecológica e a crise do meio ambiente é o principal foco das abordagens, vale ressaltar, que essa discussão, de início, alcançou apenas, uma pequena parcela da população: a mais abastada e os intelectuais, a classe popular estava preocupada em lutar a favor de seus direitos emergenciais.

Diante das reivindicações proclamadas pelos grupos sociais, percebemos que a luta a qual se busca não podem ser traduzidas em direitos típicos de cidadania e sim em sua afirmação, ou seja, a sua identidade, a sua subjetividade. Assim, cada grupo tem os seus motivos e ideais pelos quais buscam reconhecimento.

O movimento social ecológico também surgiu como uma mobilização, no mesmo período dos demais, início da década de 1980, auge de intensas reivindicações, momento em que houve uma eclosão de lutas sociais, algumas com interesses específicos, como os raciais, as mulheres, os jovens e outros com interesse coletivo como movimento ecológico.

A constituição do processo dos movimentos sociais ecológicos no Brasil como movimento em defesa do meio ambiente se confunde com o processo político pela Redemocratização, pois a sociedade civil de forma estratégica estruturou o movimento a partir do contexto de democracia na política. Isso porque, já na segunda metade da década de 1970, alguns políticos insatisfeitos com o regime autoritário começam a interagir com pequenos movimentos sociais, além do mais, as formas de repressão passaram a ser mais brandas. Em 1978, liberam a expressão política. Outro ponto interessante acontece em 1979, quando a

⁸ 31 de janeiro de 1956 a 1960

Anistia e o bipartidarismo propiciam a diversidade de lideranças políticas. (ALONSO, *et al*, 2001)

No Brasil, predominaram duas frentes de ativistas ecológicos: a socioambientalista, que via no modelo de desenvolvimento capitalista e no estilo de vida moderno as causas dos problemas ambientais; e os conservacionistas, que tinham como objetivo a preservação total da natureza, na qual o objetivo era afastar o homem do meio ambiente, pois ele representava destruição. E assim, tendo esse pensamento como meta, essas duas frentes converteram muitos cidadãos civis em grupos ambientalistas e três estados, o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que iniciaram-se nos movimentos e se destacaram ao longo do tempo.

No Rio de Janeiro, em 1958, surge a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN). Alguns estudiosos dizem que esse grupo faz parte da pré-história dos movimentos, para eles a relação entre o homem e a natureza deveria ser dissociada, porque a natureza deve ser preservada de qualquer ação do homem. Outro grupo que se destacou no Rio de Janeiro foi OIKOS (1982), dissidência do APPN, o Coletivo Verde (1985) que mais tarde se tornaria o Partido Verde. (VIOLA, 1987)

No estado de São Paulo foi criado o APPN, em 1976, o MAPE, que surgiu em 1973, tinha como principal objetivo trazer a discussão sobre a degradação ambiental, associada ao modo de vida causada pela expansão da sociedade do consumo, ambas eram socioambientalistas, e o outro grupo de grande atuação foi a Seiva de Ecologia (1980).

No entanto, um estado que teve grande representatividade foi o de Porto Alegre com a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em 1971, que criticava o uso dos agrotóxicos em plantações e a destruição da fauna e da flora. Um dos grandes feitos desse grupo, sob a liderança de José de Lutzenberger, foi a publicação de seus livros na década de 1980, em um deles, ele consegue escrever a crítica mais bem elaborada do acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o impacto foi tão positivo na opinião pública da sociedade gaúcha, que a Assembleia Constituinte aprovou uma emenda à Constituição do Estado proibindo a construção da usina nuclear. (VIOLA, 1987)

Assim, diante dessas duas concepções que direcionavam as ações desses grupos, a estratégia dos socioambientalistas conseguiu articular os interesses dos grupos com o processo da redemocratização do país;

O frame socioambientalista, ao atribuir as causas dos problemas ambientais

ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário, conectou imediatamente as mobilizações ambientalistas com a campanha pela redemocratização. Esse foi o caso da Campanha em Defesa da Amazônia, no final de 1978, em oposição aos planos do governo federal de realizar contratos de exploração da Floresta Amazônica, com empresas internacionais. Liderada pela APPN, e vinculada também a Agapan e o Mape, a campanha ganhou apoio do MDB e se transformou em Movimento em Defesa do Amazônia, abrangendo 18 estados e o distrito federal. (ALONSO *et al*, 2007, p. 158/ 159)

Nessa campanha, os ativistas conseguiram colocar 1,5 mil pessoas na rua em defesa da Amazônia, com isso foi gerada uma Carta aberta a Nação Brasileira. Diante dessas conquistas, percebemos uma mudança de percepção das pessoas em relação à questão ambiental e elas mostraram sua força quando também protestaram contra a Utilização de Energia Nuclear. (ALONSO, *et al*, 2007)

É inegável a contribuição e os feitos dos grupos de ativistas ambientais, cada grupo atuou de sua forma, tendo em vista a divergência de concepções que norteavam as suas atuações. E, de forma estratégica, aproveitaram o contexto da Redemocratização do país e deram visibilidades aos movimentos. Com relação à representação na arena política, eles conseguiram a articulação e a criação do Partido Verde. Em 1986, conseguiram lançar a candidatura do principal ativista da OIKUS e defensor da lista verde, Fábio Feldman, que, das 83 emendas, conseguiu aprovar três, duas dessas tratavam de reservas indígenas e a terceira proibia o uso pacífico de energia nuclear.

Outro grande feito sob a liderança de Fábio Feldman foi a criação da Frente Nacional de Ação Ecológica, além do mais, ele contava com a participação da sociedade civil por meio de iniciativas populares, os abaixo assinados se mostram tão eficientes quanto a representação partidária na arena. Essa constituinte funcionou de 1987-1988.

Com a vitória de Fernando Collor de Melo em 1989, para a presidência do país, os ativistas ambientais sofreram um impacto, porque o presidente fechou as Agências estatais aos envolvidos com as mobilizações ambientalistas dos anos 80, que estavam alinhados com a esquerda. Assim, muitos grupos desaparecem e/ou se profissionalizam, ou seja, se desencantam com o espaço político.

Mas no período de organização da Conferência do Rio-92, os movimentos ambientalistas se veem diante de uma situação complicada, pois as suas concepções de grupos não se adequam com a agenda da Conferência.

Durante os preparativos para a Rio-92, as coalizões formadas na Constituinte

tentaram uma nova articulação nacional dos movimentos. A Frente Nacional de Ação Ecológica, liderada pela a SOS, Mata Atlântica, rearticulou grupos conservacionistas, enquanto o PV formou o Movimento Pró- Rio-92, de feições socioambientais, incluindo membros do PT, grupos comunitários locais, movimentos sociais populares e, mesmo, setores do empresariado. (ALONSO, *et al*, 2007, p.164)

E esse momento foi delicado, pois não bastava juntar os conservacionistas e os socioambientalistas, os grupos tiveram que rever seus conceitos e adaptá-los para uma nova maneira de definir a questão ambiental: Desenvolvimento Sustentável.

De uma parte, o frame socioambientalistas foi matizado movendo em direção ao conservacionismo. De fato, a noção de desenvolvimento sustentável compatibilizou a defesa simultânea de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico, visando, a redistribuição dos recursos naturais.

De outra parte, o frame conservacionista foi redefinido com a substituição da noção de ecossistema pela de biodiversidade. Por meio dela, a proteção do habitat foi dilatada para incluir grupos sociais com interação com áreas florestais, desde que, com estilos de vida de “baixo impacto ambiental”. (ALONSO, *et al*, 2007, p. 164-165)

Essas novas orientações para atender a proposta da Conferência “Rio 92” não significou a predominância dos ativistas que faziam parte dos socioambientalistas, pelo contrário essa conferência foi bastante significativa para aquele contexto, pois muitos ambientalistas tinham perdido seu engajamento, no entanto, para atender a agenda da ONU, os grupos se reorganizaram, convergiram forças e interesses para um só objetivo.

E assim, para atender essas propostas, os grupos tiveram que mudar o estilo de vida e as questões políticas foram abandonadas. Os ativistas ambientalistas se constituíram como movimentos ambientais, passando a ter uma estrutura descentralizada e institucionalizada. Surgindo, assim, diante das novas concepções de mobilizações o neoconservacionismo, que se materializou na agenda 21, documento resultante da Rio 92.

A consolidação da Educação Ambiental no Brasil está entrelaçada com os movimentos ambientalistas, pois eles, de forma estratégica, discutiram sobre a questão ambiental, embora o pano de fundo fosse o descontentamento político. Dessa forma, diante dos relatos acima, podemos compreender que a discussão sobre a educação ambiental surge a partir da mobilização da sociedade civil.

Isso porque nossos governantes não tinham a devida preocupação com a gestão dos recursos naturais, muito pelo contrário, viam o meio ambiente como meio para obtenção de

lucros e parceria com outros países. É possível visualizarmos essa prática de exploração instituída no Brasil e que foi difundida por meio do discurso de alguns de nossos ex-governantes pela frase de efeito que ficou conhecida e marcou uma época, cujo objetivo era “avançar 50 anos em 5”.

Por meio da atuação de nossos governantes podemos inferir que há uma mudança de concepção, pois ao longo da nossa história da educação ambiental temos visto se constituir outra prática discursiva com relação à gestão de nossos recursos naturais. Antes o discurso oficial desenvolvimentista excluía qualquer possibilidade de proteção ambiental, fosse por meio da frente conservacionista ou socioambientalista, não tinham condições para essa discussão, porque o objetivo era simplesmente desenvolver.

Mas, por meio de uma compreensão reivindicada pelos movimentos sociais, pautada no desenvolvimento sustentável, as duas frentes de luta, sejam os conservacionistas ou os socioambientalistas, consolidaram uma prática política de atuação no âmbito da sociedade civil, possibilitada pela abertura do país à redemocratização que passou a ser reconhecida e legitimada em todas as esferas. Os feitos dos movimentos sociais ecológicos conseguiram que, em sua prática discursiva, os cuidados e a preservação para com o meio passassem a fazer parte dos discursos dos governantes brasileiros.

Podemos então, observar uma mudança paradigmática, no valor do discurso ambiental, pois passamos de um discurso desenvolvimentista, impulsionado pela noção de progresso, para a adesão de um discurso que emergiu a partir dos movimentos sociais e que agora passa a ser o discurso oficial.

Diante do exposto, nosso objetivo foi analisar um programa de educação ambiental que anuncia um discurso com valor político baseado na democracia participativa, viabilizado por meio de uma pauta reivindicatória dos movimentos sociais e que se tornou o discurso do Estado no PEA-BA.

2.2 O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA)

O Estado da Bahia, a partir da década de 2000, tem sido motivo de muitas discussões, por causa da sua reconfiguração territorial, cuja forma de gestão afirma ser participativa e os sujeitos são protagonistas de seu espaço. Na região nordeste do Brasil, a situação é ainda mais diferenciada, por causa de seus aspectos peculiares, a região sempre precisou de mais atenção com relação às políticas públicas em razão das grandes secas, da fome, da sociedade subdesenvolvida, entre outros problemas que comprometeram o desenvolvimento da região.

Como forma de corrigir o déficit de políticas públicas renegadas em períodos anteriores, aconteceram algumas ações que tiveram como intuito valorizar o meio rural e, assim, as políticas públicas passaram a ser pensadas a partir dessa perspectiva.

O Estado brasileiro vem recuperando sua capacidade de planejamento, de indução do desenvolvimento por meio da promoção de uma agenda orientada para a redução das desigualdades, valoriza novos mecanismos de participação social e reconhece, a partir das lutas dos diversos movimentos sociais, os direitos e as demandas das populações rurais – ribeirinhas, indígenas, quilombolas, homens e mulheres da agricultura e produção familiar e dos assentamentos da reforma agrária. (CONDRAF, 2007, p.4)

A partir de então, temos visto que o meio rural passou a fazer parte das discussões em eventos que visam melhorias na qualidade de vida, com isso passaram a ser valorizados em vários aspectos. O meio rural era concebido, como um lugar que simbolizava atraso, no entanto, as pessoas começaram a entender que esse espaço comporta uma diversidade de ecossistemas, raças, etnias, cultura, tradições e, também, contribui para a geração de renda e produção de alimentos.

Dessa forma, foi para atender a esses aspectos que a divisão territorial em “Território de Identidade” foi articulada, tendo o meio rural como eixo de definição para os arranjos territoriais, a partir das localidades que tinham mais famílias assentadas e maior produção da agricultura familiar.

Os Territórios de Identidade foram constituídos a partir das especificidades dos arranjos locais de cada região, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade de cada território, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentado de cada região. (CIEA, 2005) *in* (PEA-BA, 2013, p.36)

Em leituras que desenvolvemos anteriormente, nos deparamos com situações que despertaram nosso interesse, pois, pela primeira vez no Estado da Bahia, está se constituindo um projeto político de forma participativa, envolvendo a sociedade civil e os representantes do poder público, o PEA-BA surge desse contexto. Em que primeiro, se deu a consulta da Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental e a partir das discussões durante a consulta, que tinha como pano de fundo a discussão ambiental, surge o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia.

Nossa proposta foi a de conhecer como esse discurso a favor da democratização vai se estabelecer na política pública no Estado da Bahia e como as concepções que expressam isso vão se materializar no documento, mediante os eixos estruturantes do PEA-BA.

2.3 Comunicação

A comunicação é um dos eixos estruturantes do Programa e tem grande relevância na constituição do PEA-BA, pois entende sua importância e compreende que a comunicação é um direito de todos, assim, como diz o 14º princípio do Tratado de Educação, “a educação é um direito inalienável”.

Podemos resumir a relevância da comunicação dentro do PEA-BA, a partir do resumo de Chapski (2009), no encontro da CIEA-BA.

- 1- “Comunicar a educação ambiental para toda a sociedade” - considerada uma linha de ação do ProNEA (2005) e é adotada como eixo transversal do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), em fase de elaboração.
- 2- “Comunicação como estratégia pedagógica, por meio da Educomunicação” - base do Programa de Educomunicação Socioambiental, criado pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. (PEA-BA, 2013, p. 87/88)

O PEA-BA, a partir dessas duas vertentes, apresenta orientações para cada linha de ação, cujo objetivo pode ser resumido: Numa comunicação feita de modo bilateral entre os órgãos e entes responsáveis pela execução das políticas, ações e programas, visando uma educação ambiental qualificada e ampla para toda sociedade, propagando seus princípios, valores, sua importância e como promovê-la. Como forma de garantia do cumprimento dos objetivos da Política de Educação Ambiental Estadual em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, os veículos e meios de massa devem tratar da educação ambiental e das questões socioambientais. (PEA-BA, 2013)

A divulgação deve ser feita por meio de uma ação planejada, usando materiais apropriados a cada público alvo, deve também divulgar as ações, os princípios e as diretrizes em espaços públicos e privados, assim como, usar meios alternativos para divulgar a educação ambiental, como em contas de água, de luz, de telefone, mala-direta, entre outras fontes. (PEA-BA, 2013)

As orientações para a Educomunicação Socioambiental tem como objetivo despertar uma visão crítica, em que o sujeito deve aprender a construir veículos de comunicação apropriado aos projetos e às ações de educação ambiental, assim como saber analisar nas entrelinhas de algumas informações que são veiculadas em meio de comunicação de massa, e saber identificar quais são os interesses subjacentes de quem as produziu. Saber usar os meios de comunicação como ferramenta para o intercâmbio de experiências, métodos e ações de

educação ambiental e, também, usar as tecnologias de comunicação no ensino. (PEA-BA, 2013).

Dessa forma, podemos compreender que a comunicação dentro da proposta do Programa tem como objetivo propor uma maior participação dos indivíduos na esfera social e, de maneira consciente.

Um dos enfoques do PEA-BA é a comunicação da educação ambiental orientada para a participação nos processos de tomada de decisão e de transformação da realidade. Esse eixo estruturante do programa é entendido como um processo contínuo, aberto e dialógico que ultrapassa o sentido restrito de disseminação de informações sobre as questões socioambientais, que busca a interatividade entre quem emite e quem recebe a mensagem no processo comunicativo, incluindo os meios de comunicação de massa. (PEA-BA, 2013, p.86)

A comunicação, de acordo com o PEA-BA, tem grande relevância, pois segundo o Programa é preciso que haja comunicação para formalizar a educação. Outro ponto relevante é que o sujeito que tem o conhecimento das questões sociais e ambientais terá condições de intervir e propor ações de melhorias para a comunidade, pois: “Não há comunicação plena sem consciência educativa, e nem educação plena sem instrumentalização comunicativa” (Programa de Educomunicação Socioambiental, 2005). (*Apud* PEA-BA 2013, p.86)

2.4 Transversalização

A abordagem da transversalização no Programa tem uma característica peculiar, pois, segundo o PEA-BA, a intenção maior não é criar um grupo de educação ambiental no Órgão do Governo do Estado, e sim buscar construir uma base formada, principalmente, com os cidadãos pertencentes dos vários espaços das esferas sociais: movimentos sociais, grupos religiosos, setor privado, escolas, comunidade local, entre outros.

Isso porque, uma educação ambiental, que tem como objetivo atuar localmente, é de fundamental importância que os principais envolvidos participem ativamente do processo de construção, além do mais, com a contribuição de vários atores sociais, o resultado é uma proposta rica e assentada dentro das possibilidades e capacidade de cada um.

Essa é a grande tarefa para a transversalização deste Programa, construir um projeto de Estado com a participação popular que pautar realmente as políticas públicas e as tomadas de decisão. E que facilite o diálogo e a

construção conjunta de políticas e ações no conjunto do governo, estadual e municipal (PEA-BA, 2013, p.93)

Com o objetivo de atingir as metas e ter êxito no desenvolvimento do Programa, que tem uma característica peculiar, o Programa se destaca por ser resultado de uma construção conjunta, o PEA-BA, aponta algumas maneiras, onde a transversalização possa ocorrer de modo mais consolidado entre os diferentes espaços e segmentos sociais, pois as ações devem acontecer de forma processual, contínua e permanente em cada setor de forma específica. (PEA-BA, 2013)

- Transversalização da educação ambiental no segmento governamental;
- Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil organizada (ONGs, movimentos sócias, comunidade);
- Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil (empresas e trabalhadores);
- Transversalização da educação ambiental no setor educativo;
- Transversalização da educação ambiental envolvendo todos os segmentos;

Para cada segmento elencado acima, o PEA-BA aponta algumas orientações, cujo objetivo explícito pode ser resumido no incentivo à promoção de projetos e ações de educação ambiental por meio de parceria da comunidade, levando em consideração a realidade e a cultura local e, também, promover ações que visem à capacitação da sociedade civil para a participação da gestão pública. (PEA-BA, 2013)

... a transversalização que se mostra aqui é aquela que traz, para toda e qualquer esfera de tomada de decisão, o cidadão. Isto só é possível quando esses cidadãos conseguem perceber que têm o direito de serem responsáveis e co-autores pela história de suas vidas, inclusive nas decisões políticas que afetam sua casa, seu bairro, seu trabalho, sua qualidade de vida, seu tempo de lazer. (PEA-BA, 2013, p.92)

Outra questão relevante na constituição de uma educação pautada na transversalização é incentivar o diálogo entre as empresas e os governos (municipal, estadual e federal) e sociedade civil, visando parcerias e convênios para a implantação de projetos e ações conjuntas de educação ambiental. Com o intuito de trazer o cidadão civil à esfera política para que ele atue de forma consciente e responda as demandas de seu território. O Programa, tem como propósito: (PEA-BA, 2013)

Qualificar essa participação é outra tarefa importante e, para isso, é necessário um esforço para que exista entendimento quanto à complexidade

das relações que nos cercam, entendimento de que precisamos ir além das políticas setoriais específicas de determinadas áreas, como a política de governo para a área financeira, para a área habitacional, para a gestão urbana, para a cultura, para o saneamento, para a educação e outra para o meio ambiente. (PEA-BA, 2013, p.93)

As formas de transversalização apontada pelo PEA-BA são várias e todas são bem definidas para cada segmento da sociedade, porém em todas busca-se o envolvimento da sociedade civil e o incentivo à promoção da educação ambiental por meio de programas, ações e/ou projetos que envolvam os governos e as empresas.

Assim, de acordo com o que está na base do Programa, o cidadão civil não participa se não tiver interesse pela gestão de seu território, já que o PEA-BA oferece espaço de intervenção de modo qualificado. Como não sonhar com uma educação ambiental que consegue transversar todos os segmentos das sociedades interagindo com diferentes modos de vida, ideais e jogos de interesses e juntos construam esse novo “PEA-BA democrático”.

2.5 Avaliação

A avaliação é uma importante ferramenta de gestão e acompanhamento e, se bem usada possibilita ação-reflexão, permitindo que os sujeitos envolvidos possam intervir de maneira segura no processo. Pois, “...do lado dos gestores permite o controle e a aplicação dos gastos públicos, a reorientação de prioridades e a melhoria da qualidade da ação governamental e do lado da sociedade permite o controle social e a transparência”. (PEA-BA, 2013, p. 100)

A avaliação de um processo de aprendizagem sob a ação de um sujeito ou grupo é interessante, porque permite aos envolvidos um aprendizado significativo e constante, além de poder socializar suas experiências a partir de suas vivências.

No PEA-BA há diversos focos de avaliação, entretanto, o Programa dispõe de algumas orientações que contribuem para nortear o processo, sendo preciso:

- Definir o foco da avaliação;
- Definir as premissas que orientam a avaliação;
- Identificar atores envolvidos no processo e no projeto;
- Decidir sobre a destinação das informações;
- Orientar a periodicidade das avaliações;

De acordo com as orientações indicadas pelo Programa, a avaliação deve ser realizada tendo como referência o que se quer avaliar e, também, ter conhecimento sobre o que vai avaliar, pois uma avaliação equivocada pode comprometer o desenvolvimento do Programa,

isso porque, pode-se avaliar sob a perspectiva da interação/envolvimento entre os sujeitos, a continuidade do Programa ou as ações desenvolvidas.

A avaliação dentro do Programa tem duas vertentes: envolver os sujeitos por meio da participação e de caráter educador. Outro ponto relevante é que os resultados extraídos dos processos de avaliação devem retornar para as pessoas envolvidas no Programa, para que elas possam refletir sobre os resultados. (PEA-BA, 2013)

Essa concepção de avaliação como processo de aprendizagem sobre a prática, é a concepção adotada para o estabelecimento das diretrizes de avaliação de uma ação, projeto ou programa de educação ambiental, seja ele desenvolvido por um grupo, comunidade ou instituição. (PEA-BA, 2013, p.100)

O processo de avaliação por meio da participação é um momento enriquecedor no desenvolvimento de um programa, porque permite aos envolvidos perceber as mudanças que ocorreram durante e após a implantação de uma proposta que busca orientar as ações de uma comunidade, pois:

É por meio da prática ou do exercício de avaliação que se poderá rever constantemente o Programa, os avanços da educação ambiental no Estado e as dificuldades de sua implantação, permitindo que novos conhecimentos, conceitos e dinâmicas sejam a ele incorporados (SISNEA, 2007). *Apud* (PEA-BA, 2013, p.99)

O PEA-BA por meio de seus eixos estruturante, comunicação, transversalização e avaliação, busca atuar em oito áreas temáticas de educação ambiental, apontadas anteriormente. Com intuito de valorizar os sujeitos e os envolverem no processo é que o Programa busca não interferir nos modos de vida, tomando como base o respeito e a diversidade dos territórios é que tomam como exemplo os dizeres da composição “Lamento Sertanejo”, de Dominginhos e Gilberto Gil;

Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado.
Por ser de lá
Na certa por isso mesmo

Não gosto de cama mole
Não sei comer sem torresmo.
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão boiada caminhando a esmo. (PEA-BA, 2013, p.22)

Em atendimento a diretriz de “descentralização espacial”, em que o sujeito pode participar da gestão de seu espaço com base nele mesmo, caracteriza a “territorialidade”. Que é uma diretriz do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005). “A territorialidade traduz as múltiplas formas de manifestação da diversidade e da riqueza cultural dos territórios de identidade”. (PEA-BA, 2013, p.21)

CAPÍTULO III- PEA-BA: UMA MATERIALIDADE DISCURSIVA DO DISCURSO OFICIAL DA DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER

3. O PEA-BA como Anúncio de um Discurso Oficial da Descentralização de Poder

O Estado da Bahia tem um documento PEA-BA (Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia) que serve de base para orientar programas e projetos referentes à formação e desenvolvimento da educação ambiental. Esse documento se diferencia por afirmar ter sido construído de forma coletiva entre o Estado e a sociedade civil.

Para a constituição desse documento foram feitos inicialmente 26 seminários de consulta pública que somou contribuições à Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental do Estado da Bahia, cujos resultados foram discutidos em seis reuniões com os representantes de cada Núcleo Mobilizador, ou seja, Representantes territoriais, dos Territórios de Identidade (TI), os representantes e suplentes da CIEA-BA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia) que presidiu os seminários.

Em cada seminário, os representantes dos núcleos mobilizadores e a sociedade civil, dos TI, puderam conhecer a Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental e contribuir apontando as demandas e potencialidades de seu território. As contribuições advindas dos Seminários serviram para aprimorar o Projeto lei e paralelamente para a construção do PEA-BA.

Assim, diante de uma proposta de educação ambiental, como a discutida no PEA-BA, nos deparamos com alguns questionamentos que nos fez suscitar algumas inquietações.

Hoje, em pleno século XXI, temos os mesmos problemas, embora com efeitos diferenciados; podemos interrogar o passado, reconstituir acontecimentos, questionar os documentos, assim como seu efeito de verdade. O ato de buscar no silêncio dos documentos a sua voz calada é uma tarefa que nos remete a uma reflexão, porque um texto escrito é uma multiplicidade de discursos e descobrir essa verdade oculta, não é fácil, como formulou Foucault sobre os documentos.

Mas para cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. (FOUCAULT, 2007, p.7)

Tomando a citação acima como possibilidade de buscar no silêncio do documento o que está em suas margens, que não aparece no corpo do trabalho, embora a intenção do presente trabalho não seja interpretar o não dito, fazê-lo falar, o que propomos é compreender as condições que permitiram a construção do PEA-BA e como se deu a participação dos envolvidos na construção do documento.

Compreendemos que o contexto em que estamos inseridos está assentado sob a noção de reivindicação, participação, democracia, entre outros conceitos que dão aos sujeitos o direito ao envolvimento em ações que são referentes à esfera pública e isso tem resultados interessantes, porque os olhares se multiplicaram, embora as análises ainda se assentem sob determinado recorte social.

Assim como nossos pensamentos e conhecimentos, nossas teorias buscam multiplicar e compreender os diversos mecanismos que regem a noção de contínuo. As estruturas fixas tentam escrever a história vazia apagando os acontecimentos.

Então, fica um questionamento: como pode agora ser constituído um documento por uma estrutura governamental assentado numa democracia participativa? Convictos de que a história nova busca escrever de acordo com seus interesses.

Entre eles, podem se citar: a constituição de um corpus coerente e homogêneos de documentos (corpus abertos ou fechados, acabados ou indefinidos); o estabelecimento de um princípio de escolha (conforme se queira tratar exaustivamente a massa documental, ou se pratique uma amostragem segundo métodos de levantamento estatístico, ou se tente determinar, antecipadamente, os elementos mais representativos); a definição do nível de análise e dos elementos que lhes são pertinentes (no material estudado, podem-se salientar as indicações numéricas; as referências explicitadas ou não – a acontecimentos, a instituições, a práticas; as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos por elas traçados, ou ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamentos que as unem). (FOUCAULT, 2007, p.12)

A citação acima reforça nossa perspectiva de que o discurso que aparece em sua forma escrita já tinha sido formulado anteriormente, de acordo com o interesse dos envolvidos e, nesse caso, que se trata de um documento construído pela coletividade. Assim que questionamos seu valor de verdade, o PEA-BA perde sua evidência, porque não pode referir a si mesmo, uma vez que foi constituído a partir de um campo múltiplo de discursos. (FOUCAULT, 2007)

Sendo o discurso oral ou escrito, não pode ser definido como uma relação entre os objetos e as palavras, o discurso é um objeto que resulta de uma prática e, para compreender

como se dá uma formação discursiva é preciso conhecer as condições que permitiram a sua emergência. Isso porque: “Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico”. (FOUCAULT, 2007, p.54)

O Programa é um objeto da formação discursiva sobre meio ambiente e tem uma abordagem sobre educação ambiental, assentado numa política de valor participativo, cujo valor aparece diluído por meio de seus eixos estruturantes, que busca inserir os sujeitos nos processos de gestão de seus espaços.

A partir dos eixos estruturantes, a comunicação, a transversalização e a avaliação nos Territórios de Identidade que aparecem de forma explícita, os valores de uma democracia participativa que é identificada nessa proposta formativa baseada numa educação ambiental transformadora e/ou emancipatória.

Assim, a proposta que o documento divulga é a de que os sujeitos envolvidos nesse processo tem direito á uma comunicação dialógica e bilateral com as instâncias governamentais, também tem direito ao acompanhamento e desenvolvimento dos processos por meio da avaliação; e a transversalização da educação ambiental deve acontecer entre todas as esferas da sociedade e com todos os atores sociais por meio da interação, socialização das experiências geradas nos referidos territórios. Além disso, o PEA-BA diz que possibilita a capacitação dos sujeitos que desejam participar e não tem conhecimento sobre as demandas da localidade, como podemos ver:

Qualificar essa participação é outra tarefa importante e, para isso, é necessário um esforço para que exista entendimento quanto a complexidade das relações que nos cercam, entendimento de que precisamos ir além das políticas setoriais específicas de determinadas áreas, como política de governo para área financeira, para área habitacional, para a gestão urbana, para a cultura, para o saneamento, para a educação e outra para o meio ambiente. (PEA-BA, 2013, p.93)

O PEA-BA é um programa que na sua materialidade se apresenta de forma completa. A versão impressa é bastante coerente para ser real. Quando iniciamos a leitura do documento, vemos respostas superficiais a todas as demandas dos territórios, no entanto, vale ressaltar que já estava previamente formulado. Os participantes não tinham a real dimensão do que estavam construindo, pois, como vimos anteriormente, os Seminários foram para apresentar a Minuta do Projeto Lei da Educação Ambiental à Consulta Pública. Durante o processo de

apresentação, que buscava discutir educação ambiental, aprimorar a Lei concomitantemente à construção do PEA-BA e às contribuições advindas dos participantes dos territórios, o Programa contou com ajuda de uma empresa externa.

Para sistematização das contribuições dos sujeitos envolvidos e dos territórios, esse processo contou com a empresa GAIA do Estado de São Paulo, contratada por meio de licitação. Não seria esse o motivo do Programa parecer perfeito? Construído fora da realidade e, por isso, esse esforço governamental para fazer dar certo, como bem aponta Foucault: “...essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – espécie de pressão e como que de um poder de coerção”. (2006, p.18)

Dessa forma, a empresa foi contratada para dar suporte a uma instituição, ou seja, aos representantes dos poderes públicos interessados na construção do Programa, assim, concluímos que o discurso do PEA-BA estava previamente articulado e, como os participantes dos territórios estão envolvidos nessa “construção” não perceberam qual é a vontade de verdade que rege a construção do Programa, como demonstra Foucault “...Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. (2006, p.14)

A participação da empresa GAIA pode ser a explicação para materialização de um Programa como este, que responde aos anseios de uma sociedade como a do Estado da Bahia que tem grandes diversidades econômicas, sociais, culturais, geográficas, entre outras. Outro fator relevante que se explica a partir da participação da referida empresa é o fato de um Programa, que busca difundir a educação ambiental por meio dos eixos estruturantes nos territórios de identidade, não abordar o aspecto identitário.

O Programa propõe disseminar a educação ambiental em suas oito áreas temáticas por meio de estratégias e ações focando os conflitos ambientais. Não seria racional atuar por meio da questão identitária? Isso porque a proposta de educação ambiental que se anuncia no PEA-BA é a de uma educação emancipatória e/ou transformadora, que busca despertar no sujeito uma consciência política, cujo objetivo é de ser corresponsável pelo seu espaço, entretanto, em momento nenhuma essa discussão é ressaltada com relevância no documento. Mas não poderia ser diferente, pois como posso falar do que não conheço?

...quem fala: Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é o titular? Quem recebe

dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2007, p.56)

Sendo assim, não com intenção de fazer o documento falar, mas poderíamos questionar quem, no conjunto desse discurso, tem autorização para falar de identidade? Não seriam os atores sociais dos territórios? Entretanto, eles não têm autorização para falar e quem está autorizado a falar não tem conhecimento sobre as identidades dos territórios. Portanto, como discurso está sendo proferido por alguém que está apoiado numa instituição, que o reconhece e o legitima, o discurso dito pela empresa passa a ser o verdadeiro sobre os referidos territórios.

Essa ausência do significado de identidade nos territórios de identidade é ressaltada nos sujeitos por meio da forma pela qual eles buscam melhorias para seu espaço, eles não conhecem a força que tem um território coeso. O significado de território de identidade para os representantes territoriais que entrevistamos está associado a ganhos materiais, ou seja, um território que é composto por vários municípios tem mais em voz para ser ouvido pelos governantes, ou seja, tem mais eleitores em potencial, da mesma forma, é a crença de que os territórios mais próximos da capital do Estado recebem mais recursos.

O espaço do território de identidade está sendo compreendido como uma arena política, que é liderado por pessoas envolvidas na política, que defendem interesses particulares, e essa noção de território como agente mobilizador ainda não se materializou, pois em todas as entrevistas, foi dito que a ideia de divisão territorial em território de identidade foi para “melhor administrar os espaços, e ainda completam: o Estado da Bahia é muito extenso” (REPRESENTANTES, 2013, 2014 dos TI, 02, 08, 05, 20, 22 entre outros).

3.1 A Formação do Conceito “Educação Ambiental” no PEA-BA

Convicto de que o discurso não é uma mera definição gramatical, como compreender o momento da irrupção de um discurso? Como se formou o discurso de educação ambiental? É preciso antes de tudo saber que os discursos só podem emergir a partir de uma formação discursiva. E para que haja essa formação é preciso definir os seus objetos e que exista uma regularidade entre eles, assim como, suas condições de emergência, além do mais, é necessário que os objetos já existentes possam possibilitar o aparecimento de outros sem que se excluam ou se modifiquem. (FOUCAULT, 2007)

Para compreendermos como se forma um discurso, ou uma formação discursiva, vejamos algumas considerações e observações apontadas por Foucault:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que se possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação. (2007, p.50)

A partir dessa citação, compreendemos que não podemos falar de qualquer coisa em qualquer lugar, ou seja, devemos falar de coisas que as pessoas conheçam, ou seja, objetos existentes, pois o discurso não é formulado pelo sujeito e sim a partir de um conjunto de práticas e relações sociais que possibilitam a sua formação.

A formação do discurso da “educação ambiental” formou-se a partir de um conjunto de práticas. Essas práticas podem ser percebidas nas ações que caracterizam o cuidado ou a devastação para com o meio ambiente. Isso possibilitou as condições para que as pessoas falassem dessa prática e que criassem novos objetos sem que o excluísse ou modificasse. Podemos citar como exemplos de novos objetos do discurso da educação ambiental a degradação ambiental, a consciência ambiental, o meio ambiente, a ecopedagogia, a ecoformação, a educação para sustentabilidade, entre outros.

Esse conjunto de ações provocadas pelo homem, que frequentemente são denominados de “problemas ambientais”, é simplesmente um conjunto de positivities que possibilitaram a emergência dessa formação discursiva que é a “Educação Ambiental”, esse discurso só tem valor de verdade porque estamos em um momento que proporciona o acolhimento desse discurso.

São as práticas sociais que possibilitam as condições de emergência de um determinado objeto de discurso numa teia de relações complexas que podem ser estabelecidas entre as instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, entre outras. Mas as relações que são estabelecidas não estão presentes no objeto e nem definem sua constituição, apenas o permite aparecer, justapor-se a outros e situar-se em relação a eles. (FOUCAULT, 2007)

As relações discursivas não são internas e também não são responsáveis pela ligação das palavras aos conceitos. Dessa forma, podemos compreender que uma relação discursiva pode se dar a partir de um discurso maior, no qual as pessoas podem falar porque há permissão para se falar, podem-se articular assuntos diversos, isso é possível porque “Essas

relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática”. (FOUCAULT, 2007, p.52)

Produzir conhecimento sobre meio ambiente, ou qualquer outro tema em períodos anteriores no Brasil, não era suficiente para ter o direito de externá-lo, pois deve-se ter autoridade e condições para falar e essas condições se efetivaram no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995/2002), que ao empreender algumas reformas no âmbito do Estado, como a estabilização da moeda a partir do Plano Real no referido período, obteve credibilidade e segurança para propor mudanças nas formas de gestão das políticas públicas, assim como, a privatização de empresas estatais.

Essas mudanças desencadeadas no modo de gerir as políticas públicas sociais tiveram como propósito a descentralização do governo, que passou a dividir as responsabilidades entre os municípios e estados, além do mais buscava maior participação da sociedade nas esferas políticas, delegando aos municípios maior envolvimento nas tomadas de decisão. Essa abertura da esfera política para a sociedade civil permaneceu durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva – Lula (2003/2010), cujo foco foi maior na promoção de políticas públicas de caráter Assistencialista⁹.

Tendo em vista essas propostas de política de governo, o Estado da Bahia passou a adotar este modo de gestão democrático e participativo nos seus 27 Territórios de Identidade (TI). A proposta que sustenta essa divisão tem como objetivo uma maior inserção dos cidadãos nas tomadas de decisão e gestão de seu espaço. Para facilitar esse processo, foi criado o "Conselho Estadual CEDETER, que foi instituído pelo decreto n.º 12.354/10, que se constitui em um fórum permanente de caráter consultivo de composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, que tem como finalidade subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 27 Territórios de Identidade” (Governo do Estado da Bahia – SEPLAN).

Apesar de importante o envolvimento da sociedade no processo de discussão das políticas públicas, esse processo ainda está muito aquém, porque as condições para um bom funcionamento dessa proposta de descentralização, como apontou em entrevista o Representante do Território de Identidade do Velho Chico, (2014), “.. são bastante perversas,

⁹ BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Instituiu o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12/01/2004.

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Instituiu o Programa Nacional de Inclusões de Jovens – Projovem - Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01/07/2005.

porque o Estado da Bahia é muito extenso". Em 2014, o censo publicou a lista dos 417¹⁰ municípios que compõe o Estado e que estão agrupados em 27 TI.

Como descentralizar dessa forma? Que condições são dadas a esses agentes sociais para aprender a gerir seu espaço, tendo como primícias a socialização das experiências, como propõe o PEA-BA? Isso porque há Território que mede de um lado ao outro quase 400km e os TI não tem recursos próprios, não tem secretarias ou funcionários, há apenas pessoas com boa vontade.

Com o objetivo de compreender o processo de construção do documento PEA-BA, que serve de parâmetros para o desenvolvimento da Educação Ambiental e de Projetos de cunho educativo, é que desenvolvemos essa pesquisa com o objetivo de compreender o período da constituição do PEA-BA, porque, assim como consta no documento oficial do PEA-BA, há um anúncio de um discurso com valor político assentado numa democracia horizontalizada do poder nas relações Estado/Sociedade civil em defesa de um discurso de Educação Ambiental nos 27 TI, sendo os sujeitos protagonistas de seu espaço, podendo interferir no processo de gestão.

Assim, o PEA-BA tem um discurso com um valor político que busca a descentralização do poder, permitindo ao sujeito participar da gestão de seu espaço. E essa proposta só é possível porque temos um histórico que permitiu que essas ações tornassem reais. Santos (1999) explicou de forma contundente quando demonstrou a falha do projeto para modernidade, o qual foi assentado em dois pilares, regulação e emancipação, acreditando que haveria um equilíbrio entre ambos.

Entretanto, no curso da história houve um momento em que no pilar da regulação os princípios do mercado e do Estado mantiveram mais autonomia do que o princípio da comunidade, no entanto, com a emergência dos movimentos sociais e da crise da modernidade, o princípio da comunidade está tendo mais espaço e o PEA-BA é resultado desse contexto, que representa ganho para a sociedade civil, ou seja, condições para o envolvimento do processo de gestão de seu espaço.

Embora, desde 1970, a educação ambiental tenha sido amplamente discutida, tanto em ambientes formais quanto em ambientes informais, apesar do notório reconhecimento que tem tido, não temos visto uma definição unívoca do termo, sendo difundida mais como uma vertente da educação formal e não como um tema transversal, como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, está sendo apenas um incremento da educação formal que, ao

¹⁰ Lista dos municípios da Bahia com base no Censo populacional de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=29>

possibilita o educando o desenvolvimento da leitura, da escrita, acrescenta-se a noção de conhecimentos ambientais.

Do modo como muitos profissionais estão trabalhando com a educação ambiental não está atendendo as necessidades, ou seja, suprimindo as lacunas de uma educação significativa, porque está sempre associada a uma meta formativa, seja política, econômica, cultural ou social. Assim como consta na nossa Constituição Federal (1988), todo educando tem direito a educação ambiental a partir das séries iniciais e como tema transversal, no entanto, a maioria dos discentes, quando tem oportunidade de estudar, vê apenas uma noção e ainda atrelada à uma meta formativa.

Diante dos diversos trabalhos, teorias, conceitos e concepções que abordam a temática, temos visto se desenhar uma educação ambiental assentada na multiplicidade tanto de práticas quanto de interpretações do termo. Essa riqueza de definições pode estar associada ao contexto que vivemos, em que o conhecimento pode ser constituído de várias maneiras e em distintos lugares.

Para subsidiar as discussões e os fazeres pedagógicos é que o Ministério do Meio Ambiente publicou, em 2004, o resultado de um trabalho composto de estudiosos da área ambiental, intitulado “As identidades ambientais brasileiras”, com intuito de demonstrar a diversidade de nomenclaturas e significados que estão consolidados nos discursos ambientais e que são disseminados nos espaços escolares ou não, a partir de metodologias pedagógicas do campo educacional.

Educação Ambiental portanto é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental. (LAIRARGUES, 2004, p.7)

Assim, percebemos uma simetria entre o campo ambiental e o campo educacional, uma vez que, ao buscar disseminar os conhecimentos ambientais, os profissionais do referido campo se servem de práticas pedagógicas já consolidadas no campo educacional.

Para saber como a educação ambiental pôde ser reconhecida e tida como verdade, ela passou por um jogo no campo das lutas de forças, pois se assim não fosse, como poderia um discurso emergir em detrimento a muitos outros que também poderia ter emergido? Por que não estaríamos agora discutindo sobre qualquer outro tema ao invés da educação ambiental?

3.2 O que Significa o PEA-BA no Debate dos Discursos Ambientais no Campo Educacional

Mesmo os discursos emergindo a partir de suas positivities, eles só podem ser ditos se passarem pelos jogos que os controlam e os selecionam, por isso ninguém pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar, é preciso que haja uma autorização, como bem mostra Foucault: Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber (2013, p. 27/28), dessa forma, mesmo os sujeitos sabendo que deveriam preservar o meio ambiente não era suficiente para desacelerar os impactos, era preciso ter autoridade para falar, um direito que nem sempre foi permitido no Brasil. As discussões sobre meio ambiente passaram a ser difundidas com autorização a partir da redemocratização, sendo disseminada com mais legitimidade no final da década de 1990, quando foi promulgada a Lei nº 9 795/99.

Assim, ao longo da construção da política democrática no Brasil, os indivíduos conquistaram o direito de expressão e participação. No Estado da Bahia tem um Programa que serve de parâmetros para o desenvolvimento da educação ambiental que é uma das formações discursivas nomeada pela Ciências Ambientais.

As Ciências Ambientais é o campo interdisciplinar que se apropriou de várias ciências como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a história, entre outras, para dizer o que é educar para o meio ambiente. Essas ciências anunciam concepções diferentes, que demonstram a dimensão que há entre educação e educação ambiental, e apresenta vários discursos que tem como objetivo educar para o meio ambiente, conscientizando o homem de sua relação indissociável com a natureza e orientando-o para uma relação mais harmoniosa.

Assim, temos visto se constituir vários discursos que marcam essa relação entre as Ciências Ambientais e a Educação, como exemplo, a ecopedagogia, a ecoformação, a educação para sustentabilidade, a alfabetização ecológica, ou seja, são modos de dizer e fazer para educar numa perspectiva ambiental. Entretanto, todas essas nomenclaturas são dispersas no campo educacional e com o mesmo objetivo, mas, agora, acrescenta-se uma particularidade à educação formal: a “Educação ambiental”.

A educação ambiental da forma como está sendo difundida no PEA-BA não está contribuindo em nada na formação dos sujeitos, uma vez que é mais uma pauta de discussão somada às outras. Além do mais, a educação ambiental está sendo disseminada por meio de um arranjo discursivo que foi possibilitado com base nas suas condições de emergência que

pôde ser acolhido nesse contexto, no entanto permanece no mesmo dualismo homem-natureza, corpo-mente, teoria-prática, educação-educação ambiental.

Assim, neste sentido, a educação ambiental não introduz uma reflexão que aponte um sentido de como se deve educar tomando como base as demandas do meio ambiente, antes disso, o que se percebe neste momento é a inclusão, ou antes, a apropriação da temática e das preocupações com o meio ambiente em reivindicações já consolidadas no discurso educacional, ou seja, um tipo de confluência entre as reivindicações ambientalistas, políticas e sociais no domínio da educação que inclui a pauta ambientalista ao lado das reivindicações históricas e políticas presentes nos movimentos sociais no domínio da educação. (AMORIN; CESTARI, 2013, p. 10)

É oportuno ressaltar que essa falta de trato com a educação ambiental é resultado do modo que nossos governantes a recepcionaram, isso porque, a emergência desse discurso se deu a partir de 1972, contexto de ditadura militar no Brasil, em que vigorava a opressão da sociedade civil, dos movimentos sociais e, também, a repressão dos profissionais que tentaram impor um tipo de educação que primasse o humanismo, como exemplo, Paulo Freire, que foi exilado ao tentar propor uma educação popular de base emancipatória.

Dessa forma, a educação ambiental se constituiu às margens de outras reivindicações já consolidadas no campo educacional, sem nenhuma base de aprofundamento, sendo refém dos discursos reducionistas que ingenuamente buscavam educar por meio da contemplação da natureza. Nesse sentido, a educação ambiental está pautada numa mudança de comportamento que passa a ver o meio ambiente como lugar de preservação.

No entanto, como somos seres sociais, culturais e políticos, o processo educativo passa a ter uma dimensão complexa, que deve considerar a dialética em todas as particularidades da teia de relações que nos cercam. A educação ambiental que está sendo constituída no Programa de educação ambiental do Estado da Bahia por meio do anúncio de um discurso inovador sobre a inserção do cidadão na gestão de seu espaço, que, na prática, não é efetivada, apresenta uma proposta de Educação Ambiental para uma perspectiva emancipatória ou transformadora que vai se perfilando no Programa por meio de seus eixos estruturantes.

É através da comunicação, avaliação, transversalização nos 27 territórios de identidade que a meta formativa de valor político do Programa vai construindo sua proposta de educação ambiental. Por mais que apresente um discurso inovador, por mais que tenha sido construído com a “participação da sociedade civil”, para legitimar o que já estava pronto, o PEA-BA não atende a sua especificidade que é educar numa perspectiva ambiental, mas se a sociedade civil se apropriar do discurso que está no PEA-BA, representa uma importante ferramenta de

combate às formas de dominação nas relações de poder, uma vez que defende um discurso de descentralização ou horizontalização dessas relações de poder, que foram constituídas ao longo de nossa história.

Então, vemos um paradoxo, pois o Programa, que é de educação ambiental, não aborda o que significa educar ou como educar, apenas se concentra na sua meta de formação política, a qual tem como primícias inserir o sujeito na esfera política de seu território de identidade para fazer parte do processo de tomadas de decisões e restringe o ato de educação numa perspectiva ambiental a participação social.

[...] o ato de educar que circunscreve tal intenção se traduz pelo alcance da socialização desta mesma percepção junto a outros sujeitos, e educar para o meio ambiente significa dispor o outro para agir de tal modo. Por tanto, nesse caso, educar deixa de ser um processo em si pelo o qual o indivíduo perfila sua subjetividade para agir de tal modo que a forma por ele decidida reflita nas diversas ações que se propunha diante da realidade para se tornar a ação necessária a consolidação de uma meta ambiental, e por isso, a educação orienta o caminho para a finalidade ambiental ou para a substância que se quer do sujeito ao educa-lo passando da preocupação com a educação do sujeito em suas múltiplas dimensões para visualizá-lo a partir de uma das dimensões: a ambiental. (AMORIM, CESTARI, 2013, p.6)

E assim, o significado da educação ambiental no PEA-BA dentro dos discursos ambientais não acrescentou nada ao campo educacional, isso fica evidente no fragmento de uma das entrevistadas.

[...] eu diria que esse é um assunto que passa na tangente dessa proposta. Entendeu? Bate ali, de vez em quando em alguns lugares essa questão é discutida, mais normalmente, o foco, pelo menos é o que a gente entra em contato e fica sabendo né, é que você está no meio e de algum modo sabe das coisas, mais a questão ambiental ela passa a cavaleira nessa questão, sempre a questão da necessidade o que o grupo está precisando, qual a comunidade pode ser beneficiada, coisa física. (REPRESENTANTE, TI 11, Entrevista, 2014)

[...] não vou mais lá porque é muita política e isso é uma característica do pessoal daqui, que nem uma reunião de partido que Deus o livre, eu não vou, é um horror, eles não deixam a gente participar, se expressar. Como se houvesse um tipo de patrulhamento ideológico que coíbe as pessoas, então, a gente tem essa especificidade com relação a esse grupo que atua na região, que muitas pessoas não consegue tolerar as intervenções que são propostas por esse grupo e se desestimulam e não vão mais. (REPRESENTANTE, TI 11, Entrevista, 2014)

Por mais que o PEA-BA tenha escolhido o valor político para disseminar a educação ambiental, ele não consegue prover a democracia participativa a todos os envolvidos,

normalmente, quem tem voz ativa nos territórios são os membros que falam de dentro de uma instituição, como as Secretarias de Meio ambiente, de Educação, da Agricultura, o Inema, o Ibama, e outras. Assim, ao enfatizar o discurso da gestão participativa sem democratizar o acesso, acaba se transformando num discurso vazio.

3.3 O Discurso dos Representantes Territoriais: um Campo de Multiplicidades de Confluências

Diante do discurso impresso no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia é impossível não nos rendermos a sua grandiosidade. Primeiro, porque é um Programa pioneiro, pois pela primeira vez afirma ter dado aos baianos a possibilidade de envolvimento num projeto de construção coletiva; segundo, o PEA-BA parece dar conta das diversidades do estado: cultural, econômica, geográfica, social, entre outras.

O PEA-BA tem como estruturas para um bom funcionamento a comunicação, transversalização e avaliação que são os eixos do Programa difundido dentro dos seus 27 Territórios de Identidade (TI), modo como foi organizado e agrupado os 417 municípios do estado da Bahia.

Assim, diante da riqueza de discursos apresentados no PEA-BA, não compreendemos como foram apropriados os conceitos dos sujeitos envolvidos em sua construção durante os Seminários de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental e que significado tem os conceitos, que são a base do Programa.

Dessa forma, como proposta de pesquisa, nos propusemos a analisar o documento PEA-BA e fazer uma entrevista em cada cidade onde aconteceu o Seminário nos TI escolhidos, isso porque, a princípio, nossa intenção eram os 27 TI, mas acatamos a sugestão da banca de qualificação em diminuir o número de entrevistas, fator que contribuiu para maximizar os resultados alcançados, pois, como o documento não mostra a complexidade da construção e envolvimento da sociedade civil no Programa de participação coletiva de um estado com grandes diversidades, no nosso entendimento, são as entrevistas que vão apontar as lacunas que não aparecem no documento.

De modo geral, percebemos que os sujeitos que falaram de dentro de uma instituição que representa poder, foram as pessoas que tiveram os discursos mais alinhados com o PEA-BA e era evidente o desejo de mostrar os pontos positivos, além do mais, foram esses sujeitos que apontaram seu Território como o mais desenvolvido.

Enquanto que as pessoas que faziam parte de algum tipo de movimento social, ou não ocupavam nenhum lugar dentro de uma instituição, apresentaram respostas mais claras e conseguiram mostrar os pontos negativos do Programa.

Os membros que participam das discussões dos Territórios de Identidade são pessoas que normalmente estão trabalhando em instituições como INEMA, IBAMA, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Presidente de Sindicato Rural e também pessoas envolvidas em Movimentos sociais (Meio Ambiente, Quilombolas, Indígenas entre outros). Cabe então, perguntar a que interesses estas pessoas estão representando? Muitas vezes são pessoas que ocupam cargo de confiança, estando, assim, comprometidas com o discurso “oficial”.

Realizamos 10 entrevistas de Representantes territoriais ou agentes de núcleos mobilizadores, e uma entrevista de um representante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia (CIEA- BA), dentre os Território de Identidade (TI) selecionados estão os seguintes territórios e as respectivas cidades onde aconteceram os Seminários de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental e que, posteriormente, fundamentou o PEA-BA, Território: Médio Sudoeste Baiano (Itapetinga), Vitória da Conquista (Vitória da Conquista), Sertão produtivo (Caetitê), Bom Jesus da Lapa (Bom Jesus da Lapa), Chapada Diamantina (Seabra), Oeste baiano (Barreiras), Bacia do Rio Corrente (Santa Maria), Bacia do Paramirim (Macaúbas), Litoral Sul (Itabuna), Rio de Contas (Ipiaú).

O Território Médio Sudoeste baiano era conhecido como Território de Identidade de Itapetinga que abrange 13 municípios: Itapetinga, Macarani, Itarantim, Maiquinique, Potiraguá, Caatiba, Itambé, Itororó, Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Ibicuí, Iguai e Nova Canaã, Tendo como sede do território o município de Itapetinga.

Foi no Território de Itapetinga que realizamos a entrevista com o ex-diretor geral do território, o qual ficou na gestão por oito anos e conhece todo o processo de construção e desenvolvimento tanto da Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental do Estado da Bahia quanto do Programa de Educação Ambiental do Estado, além do mais ele é geógrafo, motivo que o levou ao encantamento com o Projeto, isso porque foi no período em que ele estava em aula em Vitória da Conquista que teve o privilégio de conhecer o professor Milton Santos; idealizador do Projeto de regionalização do Estado, cujo abandono se deu devido ao seu exílio no período da ditadura militar.

Ele criou este objetivo, porque ele sempre trabalhou com a questão da regionalização e era algo que eu acreditava, por isso que eu comecei a me

apoderar também do projeto do professor Milton Santos, de uma forma que eu acredito que se os 13 municípios começarem impedir o único projeto para atender não só, mais unicamente um município, mas em outros municípios, seria mais fácil a união da população de vários municípios por isso foi criado a questão do projeto dos territórios de identidade do estado da Bahia e em outras partes do Brasil também. (Representante do TI, 08, Entrevista, 2013)

Nessa citação acima, podemos compreender o motivo que desencadeou o interesse do representante do TI 08, ele foi envolvido pelo efeito de *rarefação* do discurso de Milton Santos, mas afinal onde está o problema de se permitir ser levado por um discurso?

A questão de se permitir ser levado é o modo como o sujeito se apropria e acredita no efeito do discurso, pois, para quem não é o enunciador do discurso, pode perfeitamente julgar como certo ou errado sem que haja qualquer tipo de violência, no entanto, para quem ocupa outra posição, ou seja, para quem ocupa o lugar de um enunciador de um discurso o desejo de se apoderar do discurso e de se fazer ser compreendido e aceito é tão grande que, muitas vezes, independentemente de ser verdadeiro ou não seu discurso, a *vontade de verdade* mascara a própria verdade. (FOUCAULT, 2006)

A possibilidade de pronunciar um discurso não é algo fácil, pois todo discurso passa por uma seleção por meio de procedimentos internos, externos e as condições de funcionamento. É a partir dessa seleção que o discurso, se permitido, poderá ser dito, e além do mais, como não podemos dizer qualquer coisa sem que haja consentimento, pronunciar um discurso permite ao sujeito apoderar de um poder, uma vez que os discursos são selecionados e nem todos tem acesso aos mesmos.

Dessa forma, entendemos que a identificação do diretor do território de identidade 08 com o projeto de Milton Santos pode-se ser explicado a partir da abordagem desenvolvida por Foucault (2006), vejamos.

Em todo discurso há os procedimentos internos e externos que servem para regular os discursos. Neste caso, nos ateremos aos internos (comentário, autor e disciplina), isso porque: “... os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer” (FOUCAULT, 2006, p.22). A partir dessa citação vemos que o discurso da regionalização já havia sido dito por Milton Santos, assim se caracterizando, como um discurso maior, no entanto, pode ser ainda dito, porque todo discurso é uma reaparição que se repete por meio de comentário.

O comentário permite a emergência de novos discursos, devido seu caráter múltiplo, mas mesmo sendo pronunciado o que estava oculto, a função do comentário continua sendo dizer o que já foi dito. “A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do

comentário, daquilo que arriscaria ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2006, p.26). Assim, vemos que o discurso sobre a divisão dos territórios já tinha sido dito, a novidade está nessa nova divisão que toma como base a questão ambiental, identitária e cultural.

Um fator relevante no discurso dos representantes dos territórios é que eles entendem que a divisão territorial ainda está sendo constituída como uma maneira de melhor administrar os territórios, situação que se apresenta como um paradoxo entre o discurso do documento PEA-BA e os discursos dos representantes dos TI, conforme as citações:

O objetivo é melhor administrar, assim como Getúlio Vargas criou as 5 macro regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, foi criado a questão dos objetivos, dos territórios com este objetivo porque a cultura dos 13 municípios é igual, a questão da vegetação, a questão de um povo, é muito mais fácil administrar, assim como o prefeito pode administrar através das associações de bairro o governador poderá administrar através dos territórios de identidade. (REPRESENTANTE do TI 08, Entrevista, 2013)

... eu hoje eu tenho, de todas as reuniões de território que vou, e sempre assim um embate, eu acho, eu tenho uma crítica que o território tornou um mero legitimador daquilo que o governo quer, então o governo que discutir um assunto tal amanhã, ele convoca o território. O território sai convocando todo mundo a toque de caixa, é amanhã, se não vai perder o prazo e aí vem, faz uma apresentação, depois da apresentação distribui um pedaço de papel pra todo mundo da reunião pra dá um sim ou não, e aí pronto, não tem um debate mais aprofundado, não tem uma preparação prévia. Você chega numa reunião pra discutir um tema relevante sem um aprofundamento naquele tema. (REPRESENTANTE do TI 22, Entrevista, 2013)

O principal objetivo desta divisão territorial é permitir com que a região possa receber as políticas públicas de uma forma mais uniforme e efetiva, em outras palavras, a visão seria permitir que a política pública chegasse aos pequenos municípios, chegassem até as pessoas das comunidades rurais àquela unidades mais necessitadas de assistência de apoio, de acompanhamento que pudesse ter a oportunidade de participar da discussão do controle da gestão de política pública implantadas na sua região, na verdade essa divisão ela nos diz, principalmente, permitir que os autores sociais do lugar pudessem atuar no desenvolvimento local endógeno e pudessem também, ter acesso mais facilitado as políticas públicas de uma forma geral. (REPRESENTANTE do TI 20, Entrevista, 2014)

Embora, a discussão no documento está fundamentada numa perspectiva para uma gestão participativa e os sujeitos são agentes do seu próprio espaço, “o PEA-BA entende que somente pode alcançar seus objetivos, se forem estabelecidas relações horizontais de gestão, com a participação de todos os envolvidos direta ou indiretamente” (BARKIN, 1999. *Apud* PEA-BA, 2013, p.24). Entretanto, estamos diante de uma problemática, cuja participação não é efetiva, a noção de divisão territorial é vista como forma de melhor controlar os espaços.

Durante as entrevistas ficou evidente que trabalhar com os territórios de identidade facilitou o diálogo entre as entidades, pois há mais contato, ou seja, as pessoas que representam as instituições envolvidas estão mais acessíveis e interagem mais. No entanto, essa interação não abrange a sociedade civil, por mais que os assuntos dizem respeito aos integrantes dos territórios, a sociedade civil ainda não conseguiu se apoderar deste discurso de gestão participativa, podemos melhor compreender na passagem do discurso do Representante do Território 22, uma pessoa bastante esclarecida, que faz parte de um movimento de Educação Ambiental do seu território.

O território por mais que ele tenha uma proposta descentralizada nas tomadas de decisões ainda, a gente tem um pressentimento que existe ainda núcleos centrais, que as vezes tem uma ideia e acha que aquela ideia tem que ser levada adiante, gente, por exemplo, uma proposta que um dia fui surpreendido acerca desta proposta que foi esse núcleo diretivo, se é que posso dizer isso. Esse núcleo mínimo coordenador do território defendendo a transferência do campus da UNEB daqui de Ipiaú para uma área da escola de Chico Mendes, e aquilo foi colocado como se fosse uma decisão do território e aí naquele momento eu discordo e falei que não concordava com aquilo, inclusive eu desconhecia em qual momento no território já teria discutido, onde teria uma pauta contendo aquele tema, então a gente tem essa sensação as vezes que as pessoas que, no querer bem fazer que excedem um pouco, o que acaba sendo um pouco de poder centralizador e além do que a fragilidade dos movimentos sociais, por mais que a gente fale que o território veio pra contribuir para o empoderamento da sociedade civil, mais isso na prática não acontece, a maioria das pessoas da sociedade civil e das entidades que participam desse processo estão muito mais a reboque do que consciente de seu papel nesse processo público. (REPRESENTANTE do TI 22, Entrevista, 2013)

Apesar de vermos as divergências entre os discursos no PEA-BA e dos Representantes, o ex-Representante do TI 08, Médio Sudoeste Baiano, se diferencia, pois nele é latente o desejo de que essa divisão territorial seja bem aceita pelos cidadãos. Ele tem um discurso bastante alinhado com o PEA-BA, fato interessante, pois ele fala de dentro da Instituição, ou seja, é um mero reprodutor de um discurso legitimado, cujo papel é reforçar e enfatizar a proposta do Programa.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios, outrora, os laboratórios hoje. (FOUCAULT, 2006, p.17)

Chegamos a essa conclusão porque durante a entrevista esse Representante tentava nos mostrar que o TI 08 era o que mais se destacava, o que conseguiu desenvolver mais atividades e também conseguiu mais melhorias, no entanto, apesar de serem citadas as melhorias que vieram para a sede do TI 08, não percebemos em que consistia o ganho em termos de TI, uma vez que não foi algo mobilizado e tão pouco contemplado pelo coletivo. Os moradores das cidades circunvizinhas usufruem dos recursos da sede da mesma forma que usavam quando não existia essa reconfiguração, pelo simples fato de ser a cidade do conjunto de municípios mais desenvolvida.

Ao entrevistarmos os outros representantes que não falavam de dentro de uma instituição, eles apontaram não só os pontos positivos, mas também os negativos. Um deles apontou outro TI que vinha sendo destaque entre os demais, enquanto, o Representante TI 20 nos deu uma resposta bastante interessante: “...é difícil você falar assim, de um território que mais se destaca, existe território que se destaca em alguns pontos, outros se destaca em outros”.

Assim, nos discursos dos Representantes que falam de fora das instituições vemos que eles conseguem fazer uma análise com mais clareza, apesar de estarmos diante de duas redes de forças que ainda não conseguiram se unir. A sociedade civil luta pela resistência da manutenção dessas hierarquias de poder e o Estado tenta uma descentralização, mas, ainda assim, continuam querendo exercer o poder.

Esse desejo de uma nova reconfiguração, sem mexer nas relações de poder já estabelecidas, é tão natural para os que ocupam um lugar numa instituição, que eles exercem sem nenhuma dificuldade, vejamos uma passagem que ilustra essa observação numa das entrevistas:

A outra crítica que eu faço é que a gente perde muito tempo nas formalidades, se você pegar todas as pautas das reuniões, você vai ver lá formação de mesa, como se cada reunião fosse um seminário. Aí a formação de mesa, às vezes vai ter na sala 20 pessoas pra uma reunião, das 20, 10 vão pra mesa, então não tem necessidade disso, a reunião é do território, então todo mundo ali é membro e a gente perde tempo, vereador a, b, c, secretário não sei quem... não sei pra que isso, então a gente acaba perdendo tempo nessas formalidades, com isso e não dedicando tempo necessário pra discutir o que é mais importante. A outra coisa é que a gente fica recebendo secretário a, b, c ou d pra falar dos seus programas de suas ações e tal e a gente não consegue naquela reunião ver a força que o território precisa ter, pra cobrar daquela secretária as ações que são cabíveis e necessárias, então a gente vendo tudo como um bando de compadres. (REPRESENTANTE do TI 22, Entrevista 2013)

Enquanto que na citação abaixo, o PEA-BA diz que:

A despeito dos muitos desafios que tiveram que ser vencidos, a CIEA-BA acredita que é no processo participativo que podem ser estabelecidas ou consolidadas formas mais harmônicas e produtivas de interação entre a sociedade civil e o poder público, possibilitando o fortalecimento da construção de novos rumos para a sustentabilidade. (PEA-BA, 2013, p. 23, 24)

Diante das exemplificações acima, vemos que o discurso sobre a descentralização do poder ainda não se materializou em ações efetivas. A postura dos sujeitos que representam uma instituição é a de que precisam ficar à frente dos demais, pois o Representante do TI 22 mostra a sua indignação diante da perda de tempo na formação de mesa, sendo que todos na reunião estão em prol de uma questão em comum, qual a necessidade de mostrar que uma pessoa representa uma secretaria qualquer. Entendemos que as pessoas interessadas na formação de mesa querem mostrar que estão ocupando um lugar que representa poder e, implicitamente, como se eles tivessem mais voz que os demais.

A Base do PEA-BA se pauta nos eixos estruturantes comunicação, transversalização e avaliação, nos territórios de identidade, assim, nossa entrevista buscou entender como os sujeitos que participaram da Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental compreendem os conceitos que estão na base do Programa, uma vez que eles participaram ativamente do processo de construção.

Assim, ao questionarmos sobre a articulação da comunicação das abordagens educacionais das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais nos 27 territórios, tivemos as seguintes respostas:

Foi através de conferências, através das plenárias, seminário isso foi feito, a gente sabe que muitas coisas começam e não dão continuidade e isso que precisamos fazer, criar pessoas pra trabalhar só com aquilo ali, pra que não mude de foco, de pensamento ou as estratégias, principalmente na questão ambiental. (ENTREVISTA do Representante do TI 08, 2013)

Se eu disser para você que eu enquanto membro do território eu não me recordo de já ter participado de algum encontro aqui com outros territórios eu não vou tá mentindo, eu sei que já ocorreram visitas nossas a outros territórios. Vim aqui um dia pra fazer uma reflexão sobre os funcionamentos dos territórios ou encontro pra se avaliar a situação das políticas públicas nos territórios. (ENTREVISTA do Representante do TI 22, 2013)

Aí realmente, esta pergunta é muito específica para o pessoal que atua diretamente na Comissão, os articuladores da Comissão. Que a gente tem percebido é que sempre que há uma necessidade além de e-mails são feitos os contatos com os atores do lugar que trabalham com aquela questão e a partir deles tenta se disseminar aquele processo, então a gente tem percebido

isso e tem funcionado até nas ações de eventos maiores, como por exemplo, nós tivemos o Fórum Nacional de Educação Ambiental aqui na Bahia, disso viu-se funcionar através desta articulação com as pessoas que estão envolvidas nesta temática. (ENTREVISTA do Representante do TI 20, 2013)

Então o poder de articulação dos territórios de identidade poderia se potencializado se o trabalho de comunicação que está sendo feito intra território de identidade não pra fora, não se divulgam os atos das TIs, dentre as TIs tivessem sendo elaborado em bases mais realísticas, acho que principalmente da realidade do potencial de comunicação de cada uma dessas pessoas que representam as TIs nas regiões, alguns definitivamente não se dão bem com os androides e outros mal conseguem abrir um e-mail e, isso não foi trabalhado, não foi feito um curso de formação, não dado um encaminhamento. As TIs dificilmente usam as ferramentas de marketing de rede e tal, pra poder fazer comunicações interina ou interna, eles não tem nem *what' sup*, então as pessoas atrapalhada e isso atrapalha a comunicação por que as pessoas estão umas aqui e outras lá no sul da Bahia, como você vai conversar com todas elas, presencial é caro, então você tem que saber estabelecer esses meios pra ter comunicação. (REPRESENTANTE TI 11, Entrevista, 2014)

Entretanto, encontramos um discurso no documento bem diferente dos que foram encontrados nos dos Representantes dos TI, vejamos parte do discurso.

Um dos enfoques do PEA-BA é a comunicação da educação ambiental orientada para a participação nos processos de tomada de decisão e de transformação da realidade. Esse eixo estruturante do programa é entendido como um processo contínuo, aberto e dialógico que ultrapassa o sentido restrito de disseminação de informações sobre as questões socioambientais, que busca a interatividade entre quem emite e quem recebe a mensagem no processo comunicativo, incluindo os meios de comunicação de massa. (PEA-BA, 2013, p. 87)

O Programa na versão impressa apresenta um discurso sobre a comunicação que se funcionasse seria perfeito, principalmente, quando ressalta a questão do *processo contínuo, aberto e dialógico que ultrapassa o sentido restrito de disseminação de informações*. Vimos nas falas acima que essa proposta está muito longe da realidade deles, porque os processos comunicativos acontecem por meio de e-mails, isso quando há necessidade. Outro detalhe é que a comunicação acontece entre o local e a CIEA-BA, portanto não é disseminado para os outros TI.

Então, de acordo com o PEA-BA, “a comunicação é um direito inalienável”, passagem do 14º princípio do Tratado de Educação Ambiental (PEA-BA, 2013, p.86). Essa é uma questão complicada, pois dizer que há um direito à comunicação e muitas pessoas se quer sabem sobre o acontecimento do Seminário em seu território. Essa afirmação não é válida apenas para as pessoas da esfera da sociedade civil, pois a falta de comunicação é tão visível

que dificultou o andamento de nosso trabalho em fazer contatos com os representantes de alguns territórios de identidade, pois em muitos casos nem mesmo a DIREC, a Secretária de Educação do município e a Secretária de Meio Ambiente tem conhecimento sobre os Seminários e o PEA-BA.

O problema da falta de comunicação foi apontado em vários territórios, no entanto os territórios mais distantes dos que estão próximos da capital acreditam que seja esse o motivo do abandono e se referem a esses territórios como os “primos ricos”. No depoimento de uma das pessoas que fala de dentro de uma instituição, percebemos que, para ela, o poder está centralizado na capital e os territórios que estão próximo conseguem mais recursos. Outro questionamento é que os territórios não têm recursos para os encontros, embora a proposta de aprendizagem se dê por meio da socialização das experiências geradas nos territórios.

O outro eixo estruturante do Programa é a avaliação, processo difundido na proposta do PEA-BA que busca o conhecimento e o aprimoramento, ou seja, sempre acompanhar o desenvolvimento para redimensionar em prol de melhores resultados. “A avaliação possui assim um caráter de aprendizagem sobre as práticas, sobre aquilo que se faz, sobre a realidade”. (PEA-BA, 2013, p.99). No discurso abaixo podemos compreender como está sendo difundido esse conceito:

... eu não posso avaliar a questão ambiental pela questão numérica, não pela quantidade mas também pela questão da qualidade e tudo isso pra min é avaliação, tem que pegar o quantitativo e o qualitativo, principalmente quando se trabalha a questão ambiental, eu não posso falar da quantidade de água sem falar que aquela quantidade, que qualidade dessa água é própria ou imprópria para o consumo. (REPRESENTANTE do TI 08, Entrevista 2013)
Avaliação, é difícil agente falar em conceito, na verdade, o que a gente espera da avaliação é que a gente possa ter um controle daquilo que está acontecendo e, em cima disso a gente possa ter uma visão das coisas que não estão acontecendo da melhor forma possível e corrigir. Pra corrigir rumos, mudar metas, estratégias de trabalho pra se atingir os objetivos das metas pretendidas. (REPRESENTANTE do TI 20, Entrevista 2014)

O conceito de avaliação tanto nos discursos dos Representantes quanto no discurso do PEA-BA está bem alinhado, ou seja, a avaliação está sendo compreendida como instrumento para acompanhar e intervir no processo com intuito de alcançar as metas. Mas no PEA-BA há um discurso inovador sobre a avaliação de políticas e programas pela sociedade civil.

Da mesma forma, entende-se a avaliação de políticas e programas governamentais, prática ainda recente no campo da gestão pública, como um processo de aprendizagem, tanto para os gestores como para a população. Do lado dos gestores, permite o controle e a aplicação dos gastos públicos, a

reorientação de prioridades e a melhoria da qualidade da ação governamental e do lado da sociedade, permite o controle social e a transparência. (PEA-BA, 2013, p. 99/100)

Esse tipo de avaliação é muito recente, ainda não tivemos oportunidade nem incentivo para participar e avaliar os programas do Estado, mas a concepção de avaliação ressaltada no PEA-BA é a que tem um cunho participativo e com caráter educativo, nessa avaliação a metodologia desenvolvida é dos participantes, que devem estar envolvidos em todos os processos, para saber o que vai ser avaliado.

Dessa forma, visualizamos uma dificuldade, pois os sujeitos que se atrevem adentrar nesse processo avaliativo deverão conhecer todo o processo e fazer parte dele, será que as Secretarias realmente têm interesse em facilitar a inserção da sociedade civil na gestão do município, pois, de forma implícita, há um interesse em repelir o cidadão desses espaços, uma vez que:

... o objetivo do exercício do poder será manter, reforçar e proteger o principado, entendido não como um conjunto constituído pelos súditos e o território, o principado objetivo, mas com relação do príncipe com que ele possui, com o território que ele herdou ou adquiriu e com os súditos. (FOUCAULT, 2013, p.410)

Vimos, então, uma correlação muito pertinente em apenas proteger seu lugar e, de forma bastante sutil, manter-se no poder, abrindo pequenos espaços controlados de participação social, que, de forma bastante simplista, poderíamos correlacionar com a forma de governar que leva aos mesmos objetivos do *O Príncipe de Maquiavel*: estratégias para conservar sua posição.

A transversalização é o outro eixo estruturante do PEA-BA, o qual tem como objetivo o entrelaçamento dos outros eixos e com os atores das esferas que representam os setores públicos e os cidadãos civis. A perspectiva de ação desenvolvida desse eixo tem como objetivo um cidadão atuante e consciente de seu papel na sociedade, no Programa, essa passagem está da seguinte maneira “...a transversalização que se mostra aqui é aquela que traz, para toda e qualquer esfera de tomada de decisão, o cidadão”. (PEA-BA, 2013, p.93)

A valorização da participação da sociedade civil que é demonstrada no PEA-BA é tão explícita que o Programa entende que se faz necessário capacitar o cidadão em mais de uma área de conhecimento, uma vez que a problemática sobre a questão ambiental perpassa todas as áreas, e assim afirma que:

Qualificar essa participação é outra tarefa importante e, para isso, é necessário um esforço para que exista entendimento quanto à complexidade das relações que nos cercam, entendimento de que precisamos ir além das políticas setoriais específicas de determinadas áreas, como a política de governo para a área financeira, para a área habitacional, para a gestão urbana, para a cultura, para o saneamento, para a educação e outra para o meio ambiente. (PEA-BA, 2013, p.93)

Com base nessa vertente, a discussão sobre a educação ambiental não pode ser dissociada das demais questões, porque uma questão afeta outra, por mais que sejam políticas públicas destinadas para determinado setor da sociedade é preciso ter conhecimento do todo, dessa forma, todo cidadão ao tentar se inserir nessa esfera deve ter o conhecimento do todo e o PEA-BA entende e ressalta a importância e a possibilidade de qualificar esse cidadão para que tenha voz ativa e seja corresponsável de seu espaço.

No entanto, os representantes dos territórios de identidade compreendem esse conceito, da seguinte forma:

É trabalharmos a questão do meio ambiente, a questão da saúde, a questão da educação, de forma que seja conjunta e não cada um parecendo que é uma prateleira que cada um tem ali uma gaveta separada. (REPRESENTANTE do TI 08, Entrevista, 2013)

É, como minhas próprias palavras eu poderia dizer que é a preocupação de você trabalhar os dilemas não como uma coisa específica, mas como algo pertinente a todos os assuntos, ou seja, quando você quer discutir educação ambiental, não é, simplesmente, discutir educação ambiental na agricultura ou discutir educação ambiental na formação escolar, mais em todos esses processos a gente possa ter implícito conteúdos de educação ambiental. (REPRESENTANTE do TI 20, Entrevista, 2014)

Dessa forma, podemos inferir que os entrevistados se apropriaram do conceito de transversalização como um meio de abordarem o assunto da educação ambiental difundido em todas as áreas e oportunidades que tiverem, por exemplo, ao oferecer um curso para agricultura, a educação ambiental está inserida.

Apesar de vermos no PEA-BA algumas orientações voltadas para um bom desenvolvimento da educação ambiental, as ações continuam separadas e repetitivas, como informa as linhas abaixo.

1. Transversalização da educação ambiental no segmento governamental;
2. Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil organizada (ONGs, movimentos sociais, comunidades);
3. Transversalização da educação ambiental no segmento da sociedade civil (empresas e trabalhadores);

4. Transversalização da educação ambiental no setor educativo;
5. Transversalização da educação ambiental envolvendo todos os segmentos;

De acordo com as linhas de ação elencadas acima pelo Programa, que tem como proposta atuar em todos os segmentos da sociedade, percebemos que a fragmentação dos setores continua, além do mais, ao fragmentar em linhas de ação, a proposta do PEA-BA torna-se paradoxal, porque como discutir transversalização separando os grupos com orientações específicas, outra ponto relevante é que se fosse materializado as ações do Programa os resultados seriam mais rápidos devido a repetição de cursos e palestras, pois da forma como está fragmentada pode ocorrer de um cidadão transitar em mais de duas linhas: sendo militante de um movimento social, trabalhar e/ou estudante.

É por meio da relação entre os sujeitos e o seu espaço que pode ocorrer transformações importantes nas sociedades e essa ação é caracterizada no PEA-BA como territorialidade que “traduz as múltiplas formas de manifestação da diversidade e da riqueza cultural dos Territórios de Identidade”. (PEA-BA, 2013, p.21)

Tal valorização propicia a participação de diversas instâncias e atores envolvidos com a educação ambiental, a partir de sua própria realidade, caracterizando assim a Territorialidade, em atendimento à diretriz de “descentralização espacial” do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005) e busca garantir a legitimidade do processo pela co-responsabilidade contextualizada dos participantes. (PEA-BA, 2013, p.22)

O Programa aborda o conceito de territorialidade como uma ação sobre o espaço, sendo que essa ação deve ser feita por meio de uma identificação se constituindo como Território de Identidade.

O discurso do Representante do TI 08 tem como noção a ideia de Território de Identidade como apropriação do espaço, como um lugar de posse e o cuidado está intimamente relacionado a conservar e a proteger. “O território, a gente fala que é uma forma de apoderar da área geográfica onde estávamos convivendo, e é isso que tem que ser feito”. (REPRESENTANTE do TI 08, Entrevista, 2013).

Entretanto, na entrevista com o Representante do TI 22, o seu discurso perpassa a questão de posse, está relacionado com a noção de identidade, pois:

Tem uma coisa que vem de território de identidade, território cultural, território de desenvolvimento, eu ainda não entendi o porquê dessa divisão aí. O território de identidade, ao que eu imagino que seja, aquele que procura identificar aquilo que tenha de comum, aí é onde eu falo que o nosso ponto de comum é a nossa bacia hidrográfica do Rio das Contas, então o nosso

território já deixou de ser identidade. (REPRESENTANTE do TI 22, Entrevista, 2013)

Uma questão relevante na discussão do Programa é que ele se apresenta como uma contradição, a forma equivocada que enfatiza a questão do território como identidade e, ao mesmo tempo, em momento nenhum, essa discussão é abordada no documento. O Programa tem áreas temáticas e estratégias de educação ambiental:

1. Educação Ambiental no Ensino Formal;
2. Educação Ambiental Não-Formal;
3. Educação Ambiental na Gestão das Águas;
4. Educação Ambiental no Saneamento Ambiental;
5. Educação Ambiental na Gestão das Unidades de Conservação;
6. Educação Ambiental na Gestão Municipal;
7. Educação Ambiental para o Licenciamento;
8. Educomunicação Socioambiental;

É por meio dessas áreas temáticas e estratégias de educação ambiental que o Programa se desenvolve. Assim, onde se fundamenta a questão da identidade? A partir das áreas temáticas desenvolvem-se estratégias para trabalhar os conflitos ambientais dos territórios de identidade, como aponta o Programa.

Temas Chave para a Educação Ambiental nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia a partir da Percepção dos Conflitos Ambientais Locais Resultantes dos Trabalhos em Grupo Durante os Seminários de Consulta Pública do Projeto de Lei da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, realizados entre Out./2008 e Mai./2009. (PEA-BA, 2013, p.120)

Se nos debruçarmos em cada território para conhecer como aconteceu esse trabalho, perceberemos que todo processo se desenvolve em torno dos conflitos apontados pelos participantes nos Seminários que aconteceram no período da Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental, que, posteriormente, se materializou na Lei 12. 056/2011.

A CIEA-BA, durante os Seminários nos Territórios, apresentou a Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental para que as contribuições dos participantes durante os Seminários fossem acrescentadas à Minuta do Projeto Lei que, posteriormente, se materializou no PEA-BA, no entanto, para esse processo de construção foi contratado uma empresa, como mostra a citação abaixo.

Quando aconteceu os 26 seminários já foi um bom resultado. Desse resultado do seminário, inclusive foi contratado uma empresa, até que ganhou a licitação foi de fora, foi de São Paulo que ganhou a licitação, chamada GAIA, você tá entendendo, aí veio fazer, aí foi fazer o quê, o Programa de Educação Ambiental baseados nos seminários, então foram feitos, foi lançado no dia 30 de novembro de 2013, o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia. (REPRESENTANTE da CIEA-BA, Entrevista, 2014)

O Programa, que se diz participativo na sua construção, levou a proposta do Programa de consulta da Minuta pública pronta, com uma equipe de uma empresa de outro Estado. Assim, os sujeitos, dos territórios que participaram, responderam quais eram os conflitos e as potencialidades de seu espaço. De posse das respostas o Programa foi construído da seguinte forma: “O processo de sistematização e análise das contribuições advindas dos Seminários foi desenvolvido pelas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho da CIEA-BA em seis reuniões, entre seminários e oficinas, ao longo do período de junho a março de 2010” (PEA-BA, 2013, p.46). Embora terem-se feitos presentes alguns membros, titulares e suplentes da CIEA-BA e representantes dos TIs, no decorrer do processo, os territórios participaram através de videoconferências.

O PEA-BA serve de parâmetros e têm diretrizes e orientações para desenvolver a educação ambiental, tem uma proposta que contorna o projeto de um valor político de participação democrática, no entanto, não busca desenvolver um trabalho de cunho educativo pautado na identificação do sujeito com seu espaço para que seja corresponsável no processo de tomada de decisão e cuidado.

Em todas as entrevistas não vimos o valor da educação ambiental no Programa.

A educação ambiental não passa pelos TI não aqui, não no Corrente e também, não também, no Velho Chico, a educação ambiental não entra nessas áreas, os TI nessas regiões não abriu os links com a educação ambiental não existe nenhum trabalho, não tem esse trabalho. A CIEA do Governo do Estado quando alcançam essas regiões e, aqui nesse caso é praticamente o grande, alcancezinho o trabalho do Comitê de Bacia hidrográfica e de cursos de formação dessas coisas, a TI não passa, ela não se envolve com isso, não nesse pedaço aqui. (REPRESENTANTE, TI 11, Entrevista, 2014)

Olha a discussão ambiental é uma discussão de suma importância e que ainda, precisa ainda de muito trabalho e, na política territorial isso não é diferente né, as pessoas tratam mais a questão da produção, tratam mais das organizações das políticas sociais de educação. Mais, ambiental sempre tem é, por sua especificidade a sociedade ainda, não se envolve, então mais assim, a questão ambiental ela tem, ela melhorou bastante, eu falo assim, aqui no Litoral Sul, Baixo Sul, Médio Rio das Contas, por exemplo, onde a gente discute a questão das águas eu acho que melhorou a partir da política

territorial porque isso passou a ser uma discussão social, né. (REPRESENTANTE, TI 05, Entrevista, 2014)

Essas duas entrevistas tem em comum a distância entre si, o TI 11 está localizado no oeste da Bahia, enquanto o TI 05 no litoral, assim, de um lado ao outro, a educação ambiental não passa, o único lugar onde a educação ambiental é trabalhada é nos Comitês de bacia hidrográficas. “Os comitês de bacias têm se transformado na política territorial como ambiente da discussão ambiental”. (REPRESENTANTE, TI 05, Entrevista, 2014)

Assim como os sujeitos estão constituindo sua relação com a natureza de modo consciente e equilibrado no interior dessa proposta, por meio dos eixos estruturantes do Programa, uma vez que a comunicação não funciona bem, devido à falta de recursos para os encontros presenciais, muitos não tem acesso aos meios de comunicação, pois enquanto uns tem o recurso do *what' sup*, outros se quer sabem abrir um e-mail. Quando mencionamos a questão da transversalização da educação ambiental, que não acontece e quando acontece são em territórios que fazem parte dos comitês de bacias, como avaliar sem saber o que nem como.

Em uma conversa que antecedeu uma das entrevistas, quando foi mencionado sobre a necessidade da construção de uma sala verde num determinado território, o secretário de meio ambiente respondeu que concordava e achava interessante, pois estava sobrando muitas garrafas pet. Aí fica um questionamento, como está sendo desenvolvida a educação ambiental no interior dessa proposta, se nem mesmo o secretário sabe o que significa uma sala verde¹¹?

Levando em conta tudo que foi discutido podemos inferir que o PEA-BA apresenta um discurso com uma proposta de gestão participativa numa perspectiva de uma educação ambiental emancipatória, no entanto, é uma proposta que fica restrita ao documento oficial. Isso porque, em visitas nas cidades onde aconteceram os Seminários de Consulta Pública do Projeto Lei de Educação Ambiental, vimos muitas contradições nos discursos dos sujeitos sem relação à proposta que o Programa anuncia, como exemplo, a meta formativa do PEA-BA se apresenta com um valor político, mas não é efetiva, porque o objetivo seria a inserção dos sujeitos nas esferas políticas de seu território, para que participassem dos processos de tomadas de decisões, no entanto, a gestão dos territórios ainda acontece sem a participação da sociedade civil.

A proposta definitivamente não está funcionando, pois está atrelada as questões políticas de cada localidade, sendo dependente da boa vontade dos gestores em dar

¹¹Espaço vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá dedicar-se a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. (PEA-BA, 2013, P. 117)

continuidade aos projetos e programas que foram construídos em gestões anteriores e isso é um problema, porque, embora não possam extinguir o Programa, não facilitam seu desenvolvimento. Podemos compreender essa afirmação na fala do Representante da CIEA-BA: “... eu ando os 27 territórios, rodo a Bahia toda e existe uma reclamação muito grande, porque é mais assim, uma indicação política do que uma indicação assim, pra botar funcionar e acaba com isso, os municípios sendo penalizados”. (Entrevista, 2014).

E ele complementa:

...eu não sou Coordenador Territorial e nem sou representante de território mais tenho conhecimento porque eu conheço pessoas que fazem parte do território de representante de território e precisa de ter uma mobilização com a sociedade civil que isso é importante e você ver que tem reuniões dos territórios não só aqui como na Bahia toda e, geralmente, não são convidadas as pessoas para participar, para dar opinião, faz as coisas, aquelas coisas assim, não chama fulano porque fulano não é do nosso grupo, não chama fulano porque fulano não faz parte, então isso aí, de repente aquela pessoa que não é do grupo A e do grupo B, não foi convidada porque e nem ficou sabendo mais pode ter uma opinião, uma ideia brilhante que pode de repente pode beneficiar e ajudar os municípios, mais aí é quando esbarra na questão política, atrapalha. (REPRESENTANTE da CIEA-BA, Entrevista, 2014)

Diante da citação, podemos compreender que os territórios de identidade ainda são espaços restritos a questões políticas que funcionam a partir de interesses particulares. Dessa forma não entendemos qual é a real intenção do governo em apresentar um documento que afirma a descentralização de poder e horizontalização das relações se vimos um conjunto de positivities que apontam justamente para o contrário da proposta do Programa.

Podemos então deduzir que a atitude do governo em propor um Programa que apresenta um discurso institucional, oriundo das políticas governamentais e assentado numa democracia participativa, emerge como forma de adiantamento de uma possível resposta aos anseios da sociedade civil em participar dos processos de gestão de seu espaço, além do mais, essa atitude do governo dificultou a construção de um Programa com uma base realística e com efetiva participação da sociedade civil.

Se a sociedade civil tivesse sido a protagonista na construção do Programa, eles realmente saberiam o que estavam construindo e conseguiriam se apoderar da proposta que o documento anuncia. Esse desconhecimento sobre o Programa é ressaltada na fala do Representante da CIEA-BA, no que diz respeito ao TI 08, quando ele diz que: “Você tira por Itapetinga, você tem o Programa de educação não tem nada com nada, não tá pedindo nada, não tá solicitando nada” (Entrevista, 2014). E mais a frente ele complementa: “...e o que nós

pedimos aqui, eu falo nós, porque eu estava lá, apesar de tá envolvido em outra parte, na parte logística, mais eu vi depois o que foi pra o livro o PEA-BA, enfim, fiquei até com vergonha, a verdade é essa, eu fiquei envergonhado com o que estava lá, escrito pra solicitar” (Entrevista, 2014).

O desabafo desse Representante da CIEA-BA, é pelo fato de que o TI 08, na cidade onde aconteceu o Seminário de Consulta Pública, tem o único zoológico do interior do Estado da Bahia, com uma parte de mata atlântica que está interditado pelo Ministério Público por falta de cuidados dos gestores do município. A questão é que há um projeto para transformar a parte da flora em uma Unidade de Conservação e isso precisava ser debatido, apontado como conflito socioambiental para a sociedade civil participar, no entanto nem foi mencionado.

A forma como o PEA-BA emergiu, previamente articulado, autolegitimado, foi percebido nas falas durante as entrevistas, principalmente dos sujeitos que não ocupam um lugar que representa poder dentro de uma instituição. O PEA-BA é um Programa de Educação Ambiental que não tem nenhum envolvimento com as Secretarias de Educação ou com as escolas, não diz como educar e nem o que é educar numa perspectiva ambiental, simplesmente se concentra na sua meta formativa que é a conscientização da sociedade civil nos processos de decisão de seu espaço e com isso o ato de educar se restringe a participação política.

Entretanto, vale ressaltar que a meta do Programa com valor político é apenas no discurso oficial, ou seja, no documento PEA-BA. Na prática, a realidade é outra, porque a comunicação só acontece entre as instituições e os que fazem parte da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. A transversalização da educação ambiental é compreendida como uma oportunidade de inserir o tema educação ambiental em todos os cursos e nas capacitações, mas não é debatido sem a devida preocupação em abordar os fundamentos da educação ambiental numa discussão mais aprofundada. Ao passo que a avaliação acontece sobre os resultados a serem mensurados e não como ferramenta de aprimoramento e acompanhamento.

Assim, vemos que os sujeitos são apenas assujeitados ao discurso oficial que o documento apresenta e anuncia como resultado de construção coletiva, por isso vemos que os sujeitos que ocupam um lugar que representa poder, como as instituições Ibama, Inema, as Secretarias de Meio Ambiente, Planejamento, Agricultura, Sindicato Rural, estão comprometidos com o discurso oficial, ou seja, são meros legitimadores das propostas e programas que o governo apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de novembro de 2008 a abril de 2009 foram realizados 26 Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto Lei de Educação Ambiental, no Estado da Bahia. Durante esses encontros foi afirmado no documento que os participantes poderiam conhecer e contribuir para a proposta de Educação Ambiental do Estado, que tinha como pano de fundo a discussão sobre educação ambiental que, posteriormente, se materializou na Lei 12.056/11, além do mais, as contribuições advindas dos Seminários nos territórios de identidade, também serviram de base para a constituição do PEA-BA e para as Leis municipais relacionadas à temática.

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) é um documento com um discurso inovador, pois afirma ter sido construído de forma coletiva entre a sociedade civil e o Estado. A base do PEA-BA tem como estrutura os eixos comunicação, transversalização e avaliação nos seus 27 territórios de identidade, os quais apresentam orientações, princípios e diretrizes que buscam garantir o seu desenvolvimento pautado na democracia participativa dos sujeitos envolvidos, possibilitando aos sujeitos atuar e gerir seu espaço de maneira consciente.

O discurso do PEA-BA parte do pressuposto de que o documento é resultado de uma construção coletiva entre a sociedade civil e os representantes do poder público, no entanto, nos discursos de alguns representantes de Território de Identidade que foram entrevistados, os conceitos que estão na base do Programa não foram apropriados e muito menos efetivados.

A comunicação, que é um dos eixos estruturante do Programa que ressalta a interatividade entre os envolvidos, é um direito inalienável sendo orientada para a participação dos processos de tomada de decisão para os entrevistados. No entanto, o processo de comunicação acontece de forma mais predominante por meio de e-mails e/ou entre a localidade que tiver algum problema a resolver.

A transversalização apresentou respostas diferentes. Para alguns dos representantes esse conceito estava sendo apropriado como um assunto que perpassa todo o modo de vida e que deveria ser abordado em todas as oportunidades: como nos cursos, nas capacitações e não apenas em momentos específicos de seminários temáticos. Mas para outros, o conceito de transversalização está totalmente aquém da discussão, pois nos encontros dos membros dos Territórios de Identidade, cuja intenção é discutir a educação ambiental, as garrafas são de plástico, os copos são descartáveis e não há preferência de alimentos dos comerciantes circunvizinhos.

Sobre o conceito de avaliação, não houve divergências, porque, para todos, o conceito busca mensurar resultados, meios para alcançar metas e/ou corrigi-las. A avaliação em nenhum momento foi associada como ferramenta para o aprimoramento das ações do Programa e sim de resultados alcançados que possam ser registrados como aspecto positivo do Programa.

A discussão sobre território de identidade aponta para uma interação entre o sujeito e o local, ou seja, uma identificação, um sentimento de pertencimento, no entanto, o PEA-BA em momento algum buscou valorizar o aspecto identitário, a cultura ou os costumes como meio de trabalho. No Programa há linhas temáticas, estratégias de ação que se desenvolvem apenas sobre os conflitos socioambientais.

Assim, diante dos resultados alcançados visualizamos muitas divergências e jogos de interesses com relação aos territórios de identidade, pois essa reconfiguração proposta pelo Estado é muito recente, basta nos reportar a década de 1970, enquanto o mundo vivia uma tomada de consciência ambiental causada pelos desastres ecológicos, crise do petróleo, o Brasil na Conferência de Estocolmo ainda apresentava uma postura de omissão no cuidado e preservação dos recursos naturais e isso ficou explícito quando a delegação brasileira proferiu o discurso “... que venha a poluição nós queremos é nos desenvolvermos”.

No contexto de ditadura militar, o discurso que era reconhecido e legitimado como discurso oficial era o discurso desenvolvimentista, ou seja, o discurso econômico sem a devida preocupação com o meio ambiente. Essa postura que caracterizava falta de cuidado com o meio ambiente continuou nas administrações posteriores, o Brasil só começou a mudar de prática com relação ao meio ambiente a partir das mobilizações da sociedade civil, que conseguiram tanto a redemocratização do país quanto o reconhecimento dos movimentos ambientais.

A década de 1980 foi um período que marcou a história do Brasil, em termos de ganhos para a sociedade civil, pois é a partir de então que os Movimentos sociais começaram a reivindicar participação nas esferas políticas e conseguiram estruturar os movimentos ambientais.

O interessante é ressaltar que, a partir desse período, a comunidade ganha visibilidade, pois ao tomarmos como base a proposta que o projeto sociocultural da modernidade apresenta um contexto de transição de modernidade para pós-modernidade, percebemos os desequilíbrios no pilar da regulação, o mercado em constante ascensão, a comunidade em desvantagem porque é aniquilada pelo mercado e o Estado omissivo, e assim, no decorrer da história, esses princípios se alternaram.

Tomando como base a explicação de Santos (1999), entendemos que nesse contexto é o princípio da comunidade está tendo mais visibilidade, e isso não significa que o princípio do mercado estagnou, pelo contrário continua em constante desenvolvimento. Mas o que interessa apontar é que o Estado está tentando reconstituir a mesma relação que tinha com a comunidade em períodos anteriores, quando conseguia suprir as necessidades básicas, no período que existia o Estado providência, que foi levado a cabo pelo neoliberalismo.

Sendo assim, uma das possíveis compreensões que fazemos é que, com objetivo de se fazer presente, o Estado propõe a construção de um programa como o PEA-BA, que apresenta um discurso assentado na participação e envolvimento da sociedade civil, no entanto, as relações de poder que deveriam ser horizontalizadas continuam ainda verticalizadas. Isso é um resquício das relações de poder que foram estabelecidas durante o período da ditadura militar, o Estado apresenta um discurso oficial no PEA-BA, no entanto, não possibilita condições para efetivação da proposta.

A sociedade civil não conseguiu se apoderar da proposta do Programa e não tem tido oportunidades de inserção, pois diz-se que ela é convidada para discussões que diz respeito as decisões sobre a educação ambiental no seu espaço, entretanto, as reuniões acontecem sem nenhuma mobilização prévia, normalmente os que comparecem fazem parte de alguma secretaria e estão nessa reunião representando o interesse governamental.

Há divergências e jogos de interesses, chegando a ser paradoxal, temos um Programa de Educação Ambiental em que a Educação Ambiental não passa, ou seja, não tem abertura para discussão, em 10 TI visitados o PEA-BA não tem espaço, podemos citar como exemplo de falta de protagonismo local a construção do parque eólico na cidade de Caetité, onde a comunidade não discutiu e, a princípio, não aceitou, mas a empresa estava de posse de uma autorização cedida pela capital do Estado, Salvador.

Outro exemplo da falta de participação da comunidade está acontecendo na cidade sede do TI 08 Médio Sudoeste Bahia, onde estão fazendo a transposição de água do Rio Catolé para a cidade de Vitória da Conquista, nesse caso a comunidade também não concordou, pois o próprio município está tendo problemas com escassez no abastecimento, no entanto a construção está acontecendo.

Um dos pontos mais crítico do Programa é que não tem articulação nenhuma com as Secretarias de educação, ou seja, o PEA-BA existe na contramão da educação. Em todas as cidades dos territórios que visitamos não há nenhuma aproximação com as escolas. Isso ficou evidente quando tentamos entrar em contato com o representante do território via DIREC, Secretaria de Educação ou Secretaria de Meio Ambiente.

Poderíamos citar inúmeros exemplos que dizem respeito à falta de envolvimento da sociedade civil, mas o que nos levou a construção do presente trabalho foi o discurso que o PEA-BA anuncia, afirmando que há parceria entre sociedade civil e Estado, assentado em relações de poder horizontalizadas. Sendo assim fomos *in loco* para saber como aconteceu essa construção e vimos dois discursos distintos: um no documento oficial e outro nas falas dos entrevistados.

Dessa forma, entendemos que é essencial a divulgação do Programa para toda comunidade, para que possam pensar numa forma mais realística para o Programa atuar, pelo menos no que diz respeito à promoção da educação ambiental para todos os envolvidos, uma vez que o PEA-BA não atende sua especificidade básica, que é promover ou dizer o que é e como educar numa perspectiva ambiental no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, *et al.* **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.** Angela Alonso, Valeriano Costa e Debora Maciel. In Revista Novos Estudos – CEBBRAP 79, novembro 2007, pp. 151-167.

AMORIM, C, D e L, A, S, CESTARI. **Discursos ambientalistas no campo educacional** in Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. V. 30, n 1, p. 4-22, jan./jun. 2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira.** In (Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira. Phillipe Pomier Layrargues, 2004. Brasília.

CARVALHO, Izabel Cristina Moura. **Territorialidades em luta** uma análise dos discursos ecológicos. Dissertação de mestrado (1989). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia da educação, Rio de Janeiro.

CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia. **Seminários de Consulta Pública da Minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental nos 26 Territórios de Identidade.** Nov. 2008 / Abr. 2009.

DUARTE, José Carlos Silveira. **Território de identidade e Multiterritorialidade, paradigmas para a formulação de uma nova regionalização na Bahia.** V ENECULT- Encontro multidisciplinar em cultura, 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação / UFBA, Salvador - Bahia - Brasil.

FISCHER, R, M, B. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Caderno de Pesquisa, n. 114, p.197-223, novembro / 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** / organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 27.ed. – São Paulo; Graal, 2013.

_____. **A arqueologia do saber** / tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A ordem do discurso** / aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14ª edição: novembro de 2006. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY. David. **A condição Pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. SP. 1989. Ed. Loyola. Edições Loyola. São Paulo 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos Extremos: o breve século XIX: 1914-1991** / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável -CONDRAF. **I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário** - Brasília, 05 de novembro 2007.

OLIVIERA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo a política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>

PERONI, Vera. Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PEA-BA. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia**: PEABA / Secretaria de Meio Ambiente. - Salvador: EGBA, 2013.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil** / Rafael Echeverry Perico. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. S. P: Ática. 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** / Boaventura de Souza Santos. – 5. Ed - São Paulo: Cortez, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Território e identidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

VIOLA, J, Eduardo. **Movimento ecológico no Brasil (1974-1987): Do ambientalismo à ecopolítica**, 1987. Disponível em <http://www.googleacademico.com>, acessado em 25/08/2013 às 10:00.